



Encontro de Egressos/as do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPel

**Tema: Socialização e Análise de Experiências
de Fomento à Participação Cidadã e Defesa
de Direitos Sociais no Contexto Atual**



Juntos
por novas
possibilidades

**Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos
Universidade Católica de Pelotas**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ANAIS

ENCONTRO DE EGRESSOS
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

SOCIALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO À
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS NO
CONTEXTO ATUAL

ANAIS DO ENCONTRO DE EGRESSOS
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS DA
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

SOCIALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO À PARTICIPAÇÃO
CIDADÃ E DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL

ORGANIZADORAS

Vini Rabassa da Silva
Cristiani Gentil Ricordi
Bárbara Domingues Nunes
Beatriz Vasconcelos Matias

AUTORAS

Alessandra Ballinhas de Moura Barão
Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva
Carla Silva de Avila
Glênio do Couto Pinto Júnior
Eduardo de Oliveira Soares Real
Marina Nogueira Madruga
Gabriela de Araujo Spotorno
Raul Teixeira de Mello Filho
Glória Maria Gomes Dravan

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E471a

Encontro de egressos/as do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL: socialização e análise de experiências de fomento à participação cidadã e defesa de direitos sociais no contexto atual. (1: 2025: Pelotas, RS).

Anais [Recurso eletrônico] / I Encontro de egressos/as do Programa de Pós Graduação em Política Social e Direitos Humanos da UCPEL: socialização e análise de experiências de fomento à participação cidadã e defesa de direitos sociais no contexto atual: resumos. – Pelotas: UCPEL, 2025.

ISBN - 978-65-01-56265-0

1.Programa de Pós-Graduação em Política Sociais e Direitos Humanos - Congresso. I. Universidade Católica de Pelotas. II. Título.

CDD 360

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária Cristiane de Freitas Chim
CRB 10/1233

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – UCPEL

Dom Jacinto Bergmann – Chanceler
José Carlos Pereira Bachettini Júnior – Reitor
Marcus Bicalho Pinto Rodrigues – Vice-Reitor
Moema Nudilemon Chatkin – Pró-Reitora Acadêmica
Magda Pautz Westermann – Pró-Reitora Administrativa

Centro de Ciências Sociais e Tecnológicas
Ana Cláudia Vinholes Siqueira Lucas – Diretora
Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos

Luiz Antônio Bogo Chies – Coordenador
Mônica de la Fare – Coordenadora Adjunta

COMISSÃO CIENTÍFICA

Cesar Augusto Soares da Costa
Felipe Lazzari da Silveira
Mara Rosange Acosta Medeiros
Mônica de la Fare
Tiago de Garcia Nunes
Vera Maria Ribeiro Nogueira
Vini Rabassa da Silva

COMISSÃO ORGANIZADORA

Vini Rabassa da Silva
Cristiani Gentil Ricordi
Bárbara Domingues Nunes
Beatriz Vasconcelos Matias

COMISSÃO DE RECEPÇÃO E PROTOCOLO

Mara Rosange Acosta Medeiros
Rosemeri de Freitas Ulguim Amaral
Carla Isabel de Oliveira Marinho da Silva
Natália Ferreira Pereira
Janaina da Silva Guerra

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Cristiani Gentil Ricordi
Avelino da Rosa Oliveira

CAPA

Cristiani Gentil Ricordi
Setor de Comunicação da UCPel

A revisão textual e de conteúdo é de responsabilidade das(dos) autoras(es).

PROGRAMAÇÃO

Data: 11/09/2024

Modalidade: Presencial

Local: UCPEL – Sala 410C

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES ORAIS – 13h30 às 16h30 horas

Coordenadora:

Profa. Dra. Mara Rosange Acosta Medeiros

MESA DE ABERTURA – 17h às 17h30 horas

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva – Coordenadora do Evento

Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies – Coordenador do PPG-PSDH

Mestranda Lara Botelho Crochi – Representante Discente do PPG-PSDH

PAINEL – 17h30 às 18h30

SOCIALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL.

Mediadora:

Profa. Dra. Mônica de la Fare

Painelistas egressas e egresso do PPG PSDH:

Alessandra Ballinhas de Moura Barão

Assistente Social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), atuando no Hospital Antônio Pedro da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva

Assistente Social da Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Carla Silva de Avila

Profa. Dra. da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

Glênio do Couto Pinto Júnior

Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO – 18h30 às 18h50

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva – Coordenadora do Evento

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
<i>Vini Rabassa da Silva e Mónica de la Fare</i>	
PAINEL: SOCIALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL	10
DIALOGANDO COM A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO COM AS PESSOAS COM CÂNCER	11
<i>Alessandra Ballinhas de Moura Barão</i>	
A(O) ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DAS(OS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	16
<i>Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva</i>	
RACIALIZAR É PRECISO: DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA SOBRE A CATEGORIA PARDO NA CIDADE DE PELOTAS	22
<i>Carla Silva de Avila</i>	
INOVAÇÃO COM ALMA: A PONTE ENTRE TECNOLOGIA E HUMANIDADES NA UFPEL...	27
<i>Glênio do Couto Pinto Júnior</i>	
COMUNICAÇÕES ORAIS	29
A ERA VARGAS E SUA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA	30
<i>Eduardo de Oliveira Soares Real</i>	
POLICIAIS PENAIS MULHERES: SOBRECARGAS PRISIONAIS	35
<i>Marina Nogueira Madruga</i>	
A (O) ASSISTENTE SOCIAL E O TRABALHO COM AS(OS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG: UM ESTUDO DE CASO	40
<i>Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva</i>	
ANÁLISE DA POLÍTICA “HUMANIZA SUS” DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO RS A PARTIR DA ADESAO À EBSEERH	45
<i>Gabriela de Araujo Spotorno</i>	
DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO PROUNI DA UCPEL	50
<i>Raul Teixeira de Mello Filho</i>	
ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: ANÁLISE DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS	56
<i>Glória Maria Gomes Dravan</i>	

APRESENTAÇÃO

O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: COMPROMISSO COM A FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

Profa. Dra. Vini Rabassa da Silva
Coordenadora da Comissão Organizadora

Profa. Dra. Mônica de la Fare
Coordenadora Adjunta do PPGPSDH/UCPEL

O Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH) da Universidade Católica de Pelotas, a mais antiga instituição de ensino superior do interior do Rio Grande do Sul, foi criado em 2006, contando, inicialmente, apenas com o curso de Mestrado. Em 2014, com a instalação do curso de Doutorado, o Programa consolidou-se com o formato acadêmico que hoje experienciamos.

No momento de sua criação, o Programa foi vinculado administrativamente à Escola de Serviço Social da UCPEL. A partir de 2008, em razão da reestruturação acadêmico-administrativa da Universidade, o PPGPSDH passou a ser ligado administrativamente à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Agora, em 2024, ao completar uma década de existência como Programa completo, com Mestrado e Doutorado, o PPG julgou oportuno promover um momento especial, para encontro com seus egressos. Como programa de pós-graduação comprometido com a trajetória de seus alunos não só durante os breves anos de seus cursos, importa manter com eles laços duradouros. Assim, busca-se, constantemente, conhecer a trajetória acadêmica e profissional dos egressos, por meio das atividades, publicações e locais de trabalho em que estão inseridos aqueles que fizeram parte do PPG. Entretanto, era preciso dar um passo além e proporcionar um momento de fortalecimento do compromisso comum com os fins da pós-graduação, um espaço de socialização das experiências acadêmicas e profissionais. Tal espaço, como iniciativa de formação continuada, visa constituir-se como vetor de incentivo de todos quantos se ocupam da defesa dos direitos humanos e das políticas sociais, por meio da produção de conhecimento e da intervenção qualificada nas diferentes expressões da questão social.

Nesse sentido é que, ao lado de outras iniciativas, temos a satisfação de lançar os **Anais do 1º Encontro de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH)**, fórum que esperamos solidificar em futuros encontros de intercâmbio e formação. Nessa primeira oportunidade, reunimo-nos sob a motivação do tema *“Socialização e Análise de Experiências de*

Fomento à Participação Cidadã e Defesa de Direitos Sociais no Contexto Atual". O evento, efetivado em setembro de 2024, representou uma importante iniciativa para fortalecer os laços entre a instituição e seus egressos, promovendo um espaço para troca de experiências e reflexões sobre trajetórias profissionais e acadêmicas. O encontro teve por objetivo aproximar o programa dos seus egressos, fortalecendo a proximidade com a universidade, professores e colegas.

Nos presentes Anais, publicamos os textos completos das duas principais atividades desenvolvidas. Primeiro, o Painel, que proporcionou o aprofundamento da reflexão sobre o tema do evento. No Painel, mediado pela Coordenadora Adjunta do PPGPSPH, Profa. Dra. Mónica de la Fare, foram apresentados quatro trabalhos por egressos do Programa. Na outra atividade, a Sessão de Comunicações Orais, foram apresentados seis trabalhos, os quais socializaram experiências e propiciaram o debate sobre as diferentes áreas de atuação em que se inserem seus autores. A troca de experiências possibilita a contribuição com as pesquisas e a prática profissional nos diferentes espaços de trabalho, além de ajudar a firmar laços entre a UCPEL e seus egressos, contribuindo continuamente para a sua formação acadêmica e profissional.

Por fim, esperamos que a publicação desses ***Anais do 1º Encontro de Egressos do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos (PPGPSDH)*** sejam uma contribuição para o conhecimento produzido na área e a base para os demais eventos que haverão de vir na sequência.



Encontro de Egressos/as do
Programa de Pós-Graduação
em Política Social e Direitos
Humanos da UCPel

Tema: Socialização e Análise de Experiências
de Fomento à Participação Cidadã e Defesa
de Direitos Sociais no Contexto Atual

PAINEL
**SOCIALIZAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE FOMENTO À PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E DEFESA
DE DIREITOS SOCIAIS NO CONTEXTO ATUAL**

DIALOGANDO COM A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA ATUAÇÃO COM AS PESSOAS COM CÂNCER

Alessandra Ballinhas de Moura Barão¹

1. Introdução

O presente trabalho pretende discorrer sobre a experiência do Serviço Social da UNACON (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia) do Hospital Antônio Pedro/Universidade Federal Fluminense, situado na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, sob gestão da Empresa Brasileira de serviços Hospitalares/EBSERH, como atuação profissional pautado nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) articulado ao parâmetro de atuação da profissão do Serviço Social em saúde.

2. Experiência do Serviço Social em uma Unidade de assistência de Alta complexidade em Oncologia/UNACON

A intervenção do Assistente Social apresenta como referência o conceito ampliado de saúde, considerando os impactos da determinação social, ou seja, condições de vida da população, buscando, desta forma, viabilizar os direitos sociais através da transversalidade das políticas públicas e sociais. Compreende-se Determinação Social da Saúde:

Conceito que transcende a compreensão tradicional da relação entre saúde e doença, abordando as múltiplas influências presentes no contexto social. Essa abordagem busca entender como fatores socioeconômicos, políticos, culturais e ambientais exercem um papel crucial na pirâmide dos padrões de saúde de uma população (Nogueira, 2010).

O Assistente Social encontra-se inserido neste serviço especializado de saúde em uma equipe multidisciplinar. Sendo assim atuação profissional visa integralidade do cuidado, ao qual requer uma ruptura com o modelo biomédico hegemônico, de fato, exigindo a adoção de práticas de saúde que levem em conta o contexto social e

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas (2000), Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2009) e Doutorado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2018). Atualmente é assistente social da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares do Hospital Universitário Antônio Pedro/Universidade Federal Fluminense. E-mail: alessandra.moura@ebserh.gov.br.

cultural dos indivíduos. Nesse sentido, é necessário reconhecer a complexidade da determinação social do processo saúde-doença e integrar as ações de diferentes setores, como educação, habitação, cultura e economia (Campos, 2003).

Atualmente, a UNACON divide-se em três ambulatorios: Oncologia, hematologia e cuidados paliativos. Contribui com estas equipes, compartilhando o conhecimento sobre a realidade social, a partir de uma perspectiva crítica sobre as expressões da questão social e seus rebatimentos para o tratamento do câncer nas condições de vida dos usuários atendidos no Hospital Antônio Pedro (HUAP).

O conhecimento acerca dos direitos sociais, da rede socioassistencial e de garantia de direitos facilita a publicização destes serviços para a equipe multiprofissional, possibilitando uma articulação interdisciplinar nos atendimentos, ampliando a capacidade de análise nas orientações e encaminhamentos a serem disponibilizados aos usuários.

O fazer profissional foi sendo construído e aprimorado através da busca incessante do aperfeiçoamento profissional crítico, imbuído do enfoque da determinação social, ou seja, conforme a autoras Silva e Bicudo expressam: “exige uma nova práxis do cuidado e o engajamento político na luta pelo SUS estatal, integral e universal e na luta contra os múltiplos padrões de opressão, dominação e poder intra e extrainstitucionais e contra as bases da exploração e das desigualdades sociais, típicas da sociedade do capital” (Silva; Bicudo, 2022).

Além disto, a atuação profissional do Serviço Social vem procurando ao longo de sua atuação nesta instituição, fazer as discussões ampliadas acerca do cuidado em saúde, através do comprometimento com o projeto político e educativo através da prática, que se estende ao engajamento no ensino e pesquisa, na participação da Residência multiprofissional em oncologia da Universidade Federal Fluminense, ao qual o serviço Social se faz presente como Preceptor e semestralmente acolhe os residentes, viabilizando processo dialético de aprendizado.

E assim o atendimento do Assistente Social, na primeira consulta e demais acompanhamentos com os usuários e familiares, possibilitam portanto, um acolhimento das necessidades concretas e a aproximação com a realidade socioeconômica, ao qual se efetiva através de um fluxo do processo de trabalho organizado e sistematizado no cotidiano profissional, com intuito de estabelecer estratégias para o enfrentamento das expressões das questões sociais e o acesso ao Sistema de proteção social conforme legislação vigente, agregado ao processo de qualificação e de formação profissional especializado, através da troca de conhecimentos e de saberes junto à Residência Multiprofissional de Oncologia.

O Serviço Social na UNACON do Hospital Universitário do Antônio Pedro – UFF/EBSERH, possibilita o atendimento aos usuários de forma direta e a organização técnico operativa da atuação profissional no cotidiano, que congrega elementos que agem em concomitância através da entrevista, da troca de informações, do conhecimento da realidade e das orientações e esclarecimentos

visando o acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a autonomia e o direito dos usuários. É o momento de aproximação com o usuário, que demanda exigências quanto ao conhecimento, desde a utilização da entrevista até dos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos da profissão, bem como das normativas do campo da saúde e da rede de proteção social, a fim de melhor atender as necessidades do usuário de forma resolutiva e com vistas ao Cumprimento do princípio da integralidade (Miotto; Chupel, 2010, p. 01).

As pessoas em tratamento oncológico dispõem de direitos sociais específicos, conforme ressalta o Instituto Nacional de Câncer – INCA. Para acessá-los os pacientes devem ser orientados, porque requerem um trâmite legal e burocrático, além de documentações exclusivas.

Tendo isso em vista, pode-se dizer que esse profissional direciona sua atuação a três segmentos que constituem o processo de tratamento: o paciente, a família e a equipe, visto a necessidade de oferecer acolhimento a eles, uma vez que nesse momento será constituída uma relação de segurança e confiança com a equipe, pois “desta vinculação dependerá também a aderência ao tratamento, essencial para a realização de um bom trabalho para ambas as partes” (Santos, 2010, p. 62).

Identifica-se no cenário atual da atuação do Serviço Social atravessamentos frente ao fazer profissional, correlações de força que necessitam de ampliação da comunicação, de diálogo, e compreensão das especificidades da prática profissional, ao qual ainda não se possui espaços coletivos de construção multidisciplinar, há atuação fragmentada e se espera por parte da Instituição um profissional com uma atuação individualizada frente aos seus usuários e famílias. Por mais que se proponha a construir e alinhar uma ação interligada, se visualiza uma rede socioassistencial com recursos escassos e demandas reprimidas no território que abrange o UNACON, um estado mínimo com políticas sociais que não respondem a totalidade das demandas sociais das pessoas com câncer e suas famílias.

O estado do Rio de Janeiro, em especial, se destaca a região metropolitana II, que faz parte da composição de referência. O HUAP atende a população da Região Metropolitana II que engloba, além de Niterói, as cidades de Itaboraí, Maricá, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá. Sua área de abrangência atinge uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes, é permeado pelo aumento das expressões da questão social: pobreza, envelhecimento desprotegido, digitalização dos direitos previdenciários² e violação dos direitos humanos. Com o acirramento da violência urbana, marcado pela opressão e ocupação da milícia e do tráfico nos territórios, o que fragiliza a população trabalhadora nas comunidades, este processo resulta em um esvaziamento da participação popular e o controle social. Conforme artigo de Cecília Garcia, ao qual traz a denúncia de Melisanda Tretin

² Desfavorecem a democratização dos direitos previdenciários devido, dentre outros fatores, às condições desiguais de acesso da população às TICs. A tecnologização dos processos de trabalho no INSS também não tem, ainda, provocado patamares de celeridade dos processos, além de interferir fortemente nas condições de trabalhos dos servidores (Sousa, 2023).

(coordenadora da Justiça Global, organização de direitos humanos localizada no Rio de Janeiro):

Na práxis brasileira, o compromisso se dilui em um cenário de insegurança e ameaças constantes. “Pessoas que se colocam como questionadoras, tanto de uma política quanto de um modelo de desenvolvimento, se deparam com realidade de ameaças, criminalização por atuação, desqualificação do seu trabalho, espionagem e vigilância, enfim, todo o tipo e refinamento de ataques” (Garcia, 2018).

E Garcia (2018) complementa na reportagem, através da Opinião de Sérgio Andrade, “assim uma intervenção ou qualquer rompimento do ponto de vista institucional trazem problemas para ritos de participação social”. Ele ainda informa que, em territórios de violência, a participação social é sempre prejudicada.

Somadas a estas questões de violação de direitos humanos, muitas são as dificuldades que os usuários encontram para que possam ter acesso a seus direitos sociais, seja pela falta de informação, seja pela burocracia quanto ao seu processo, seja pela (des)responsabilização das instituições competentes para garanti-las, seja pelo sofrimento do tratamento oncológico.

Nesse sentido, cabe o desafio do profissional do Serviço Social atuar frente a esta realidade complexa, junto aos usuários assim como seus familiares, e informá-los na identificação de recursos que favoreçam o cuidado e a cidadania destas pessoas com câncer. Além disto, a possibilidade da integração de perspectivas interdisciplinares se configura como uma necessidade urgente, ao qual deve prevalecer abordagens críticas, para uma compreensão mais dialética, justa e contextualizada da saúde coletiva. Estas abordagens devem ser capazes de compreender as complexas interações entre raça, gênero, classe social e outras dimensões que moldam as experiências de saúde e doença.

Portanto, percebe-se uma categoria que segue com suas lutas e resistências, que caminha em direção à busca incessante pelo conhecimento, a fim de transformar não apenas os sistemas de saúde, mas também as estruturas sociais e as narrativas que permeiam nossa compreensão da saúde, do bem-estar e a garantia de direitos.

Referências

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera. O desafio da integralidade segundo as perspectivas da vigilância da saúde e da saúde da família. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.8, n. 2, p.509-584, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000200018>.

CHUPEL. Cláudia Priscila. MIOTO, Regina Célia Tamas. Acolhimento e serviço social: contribuição para a discussão das ações profissionais no campo da saúde. **Revista Serviço Social & Saúde**. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 10, Dez. 2010.

SILVA, Letícia Batista; BICUDO, Valéria Rosa. Determinantes sociais e determinação social do processo saúde-doença: discutindo conceitos e perspectivas. *In.*: **Trabalho e saúde** [recurso eletrônico]: diálogos críticos sobre crises /organização Tatiane Valeria Cardoso dos Santos, Letícia Batista Silva, Thiago de Oliveira Machado. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2022. Disponível em: https://morula.com.br/wpcontent/uploads/2022/03/TrabalhoESaude_18MAR.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

NOGUEIRA, Roberto Passos. **Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Desafios atuais do Sistema Único de Saúde — SUS e as exigências para os assistentes sociais. *In.*: MOTA, E. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, E. T. **O acolhimento como um processo de intervenção do Serviço Social**. 2006 – Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Serviço Social.

SOUSA, Suany Tallita Alves de. **A transformação digital do INSS: nova era ou o fim da Previdência social?**. 2023. 168f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

GARCIA, Cecília. **A violência como estratégia de inibição da participação social**. Educação e Território. 27 mar. 2018. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/violencia-como-estrategia-de-inibicao-da-participacao-social/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

A(O) ASSISTENTE SOCIAL NA DEFESA DOS DIREITOS DAS(OS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva³

1. Introdução

Neste artigo, trazemos um recorte da minha dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica em Pelotas (UCPEL) e que foi explanada no Encontro de Egressos do referido PPGPSDH.

Estamos a 136 anos da abolição do sistema escravocrata brasileiro. A luta das(os) quilombolas pelos direitos territoriais é fruto de grandes mobilizações das organizações sociais espalhadas por todo o Brasil. As comunidades negras, ao longo da história, carregam marcas de resistência ao trabalho compulsório e às dificuldades de vida a que foram submetidas, o que evidencia a luta dessas comunidades pela garantia de direitos em uma perspectiva histórica e política.

Importante destacar, que a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) sobre a população quilombola revelou dados significativos, entre eles, a taxa de analfabetismo das pessoas quilombolas com idade de 15 anos ou mais, se comparada ao mesmo índice concernente à população total residente no Brasil nessa mesma faixa etária, era a mais alta do que em todas as demais faixas.

Assim, contextualizar o trabalho da (o) assistente social com as (os) estudantes quilombolas é ter presente a disputa de poder entre as classes e a necessidade de uma defesa intransigente dos direitos sociais, dentre os quais, o da educação pública, gratuita e de qualidade.

O trabalho está organizado em 3(três) partes. Após a introdução, a segunda parte discute sobre os quilombos e quilombolas e, a terceira, versa sobre o trabalho da (o) assistente social e a defesa de direitos das (os) quilombolas.

2. Quilombos e Quilombolas

Por mais de 300 anos, o Brasil foi um dos destinos de um espantoso e triste período, em que cerca de três milhões de pessoas foram retiradas de suas terras, de

³ Mestre em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas – UCPEL, Doutoranda no PPGPSDH da UCPEL – e Assistente Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: carla.silva@sou.ucpel.edu.br.

sua família, de forma compulsória e até brutal. Dessa forma, eram inseridos em outra cultura, em outro mundo, com o fim único de serem objetos de um empreendimento comercial, esses seres humanos “movimentaram engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões. Os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos” (Reis, 2005, p. 09). Isso não significou falta de resistência, ao contrário, ocorreram diversas formas, não significando, em sua essência, que todas foram assemelhadas a violência.

O médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo e antropólogo brasileiro Arthur Ramos, na primeira metade do século XX, ao se debruçar sobre a questão dos negros neste período no Brasil, acreditava que os comportamentos não tinham uma origem meramente genética, mas, sobretudo, social, buscando preservar suas culturas, inclusive em suas abordagens militar, cultural, social e econômica (Ramos, 1966; Moura, 1972).

Gilberto Freyre trabalhou e sistematizou a ideia de uma escravização no Brasil de forma mais branda quanto de outras localidades, “o castigo ao escravo como o castigo ao filho da família fazia parte de um sistema de educação e disciplina – o patriarca, não podia desmanchar-se em ternuras” (Freyre, 1963, p. 33). Esta suposta brandura da escravização brasileira deve ser considerada equivocada, haja vista conter perspectivas distantes de algo verossímil das marcas estampadas naquele contexto.

Na década de 1960, diversos pensamentos quanto ao paraíso miscigenado, tiveram uma releitura que contraria a brandura e a humanidade das punições. Em oposição a essa percepção, a escravização brasileira foi considerada desumana e excessivamente dura (Boxer, 1963).

Para Roger Bastide, antropólogo francês, as pessoas que antes teriam sido escravizadas, ao ajuntarem-se em comunidade, criavam meios de viverem e se adaptarem nesta nova terra, criando uma total recusa e enfrentamento para manterem sua descendência e suas terras (Bastide, 1985). Dessa forma, podemos afirmar que os aquilombamentos eram a negação ao regime escravocrata e, também, formas de protesto e de resistência à escravização.

As pessoas que foram escravizadas eram consideradas coisas, e em determinada lógica eram coisas rebeldes, ou coisas passivas. O historiador e professor Flávio Gomes, faz a seguinte afirmação quanto à ideia de aquilombamentos:

O aquilombamento aparecia como um processo que se dava quase fora da sociedade escravista, posto que a escravidão era um mundo que ‘coisificava’ socialmente o escravo. Seria o quilombo, enfim, num mundo fora da escravidão, que os escravos resistiram (cultural e materialmente) à dominação. Só dessa maneira os escravos puderam se tornar sujeitos de sua própria história (Gomes, 2006, p. 19).

É perceptível que esse não foi um período estático da sociedade escravista. Além de refúgio, abrigo e distante de maus-tratos, os quilombos viabilizaram formas de protesto àquele sistema.

A antropóloga Ilka Boaventura Leite conceitua o quilombo como um conjunto de indivíduos organizados, lutando por meio de diversas gerações para viver a forma comunitária de vida, integrando assim experiências coletivas, vivências, histórias comuns e significado de pertença (Leite, 2000). Esse espaço de resistência foi se transformando, também, em local de abrigo, de interação, tanto com a própria comunidade, quanto fora dela. E, para isso, os quilombolas utilizavam suas plantações para esse meio de interação, “cultivavam para sua subsistência e também produziam excedentes, negociando e mantendo trocas mercantis” para a busca de “autonomia” (Gomes, 2005, p. 34).

Para os movimentos sociais e organizações de políticas anti-raciais, esses espaços de quilombamento por vezes, foram considerados representações históricas contra a discriminação racial, tendo em vista os discursos de etnicidade e a consciência de pertencimento a um determinado grupo étnico, que mantinha uma coletividade vinculada a padrões culturais deste grupo. (Mattos; Rios, 2005; Mattos, 2006a; Mattos, 2006b).

A constituição de 1988, no Artigo 68, estabelece o direito a titularidade das terras daqueles que habitam em locais de onde extraem sua subsistência e nos quais geram e desenvolvem sua identidade específica, salvaguardando a multiplicidade étnica da matriz cultural brasileira. Ele refere-se, dessa forma, ao pleno reconhecimento de comunidade.

A interpretação da terminologia designativa de Quilombos, a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), proporciona um novo olhar, distante da ideia de ser um espaço formado por escravizados fugidos, atribuindo, o significado de um espaço composto por determinada fração de negros, ligados a terras com conexões diretas na ancestralidade e na propriedade, nas diversas regiões do Brasil.

3. O trabalho da(o) assistente social e a defesa de direitos das(os)

Quilombolas

Pensar o trabalho das (os) assistentes sociais, necessariamente, nos remete ao que Marx (1988) pesquisou sobre a categoria do ser social. Para ele, o trabalho é um sistema de relação do homem com a natureza. O trabalho na sociedade capitalista é colocado como alienado e abstrato, sendo transformado em mercadoria. O emprego da força de trabalho é, em síntese, o próprio trabalho e a força de trabalho em funcionamento, é o próprio trabalhador (Marx, 1988).

As (os) assistentes sociais trabalham nas manifestações mais dilacerantes da questão social, tais como se apresentam aos indivíduos sociais de diferentes “segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e em

iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas” (Iamamoto, 2009, p. 19).

O estudo crítico da questão étnico-racial no Brasil pressupõe que após quase 400 anos de escravização o país traz “elementos estruturais para a constituição do que consideramos posteriormente como questão social brasileira, entendida como o conjunto das desigualdades resultante da contradição capital/trabalho” (Soares, 2020, p.55).

Para Netto (2011) a evolução do capitalismo suscita, obrigatoriamente, a questão social destarte e, seus diversos estágios geram variadas manifestações, em que coexistem e são inseparáveis do processo específico do capital e, onde sua presença e materialização adquire força social predominante (Netto,2011).

Os quilombos se constituíram e ainda se constituem como importante maneira de organização política, social, territorial e cultural dos povos negros do Brasil e também, se firmaram como maneiras de lutas contra a escravização e, de certa forma, de busca da liberdade, que entre outras ações, possibilitou ao escravizado ressignificar a sua condição de sujeito em oposição à sua mercantilização (Moura; 1992; 1993).

Na cena contemporânea, de acordo com os dados do primeiro censo quilombola da história realizado pelo IBGE (2022), existem 1.327.802 pessoas quilombolas no Brasil, o que corresponde a 0,65% da população brasileira e onde a taxa de analfabetismo das pessoas quilombolas com 15 anos ou mais, como dito anteriormente é a mais alta em todas as faixas etárias. Isso demonstra o quanto a população quilombola é afetada pela desigualdade educacional.

É nesse terreno que trabalham os assistentes sociais na Educação no Brasil, com grandes disparidades econômicas, sociais e regionais que desafiam o acesso das pessoas quilombolas ao conhecimento e à educação escolarizada. Tendo em vista que o objeto de trabalho da(o) assistente social são as diversificadas formas de manifestação da questão social, no atendimento às demandas que são fruto das desigualdades ocasionadas pela sociedade capitalista, a(o) assistente social no trabalho com as(os) estudantes quilombolas visa garantir os direitos, o que permite afirmarmos que a(o) assistente social, por suas competências e atribuições privativas, colabora para a permanência desses estudantes na universidade.

Referências

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações das civilizações**. São Paulo, Livraria Pioneira, 1985.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República – Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

Acesso em: 23 mar. 2024.

BOXER, Charles R. **A idade de ouro do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo dos Palmares**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

FREYRE, Gilberto. **O escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros no Século XIX**. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

GOMES, Flávio dos Santos. **História de Quilombos: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 432p.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Séculos XVII – XIX)**. São Paulo: UNESP: Ed. Polis, 2005. 464p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE. **Quilombolas: Alfabetização e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos – Resultados do Universo. 2022**. Disponível em: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Acesso em: 21 de novembro de 2023

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: **Etnográfica**, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

MARX, Karl **O Capital: Crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Koth. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOS, Hebe Maria de; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do Cativo – Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005, 420p.

MATTOS, Hebe Maria de. Políticas de reparação e identidade coletiva no mundo rural: Antônio Nascimento Fernandes e o Quilombo São José. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, 2006b, p. 167-189.

MATTOS, Hebe Maria de. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista da USP**, São Paulo, n. 68, 2006a, p. 104-111.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala. Quilombos, insurreições e guerrilhas**. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1993

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

REIS, João José; Silva, Eduardo. **Negociação e conflito a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 151 p.

RAMOS, Arthur. *A aculturação negra no Brasil*. São Paulo, Cia Nacional, 1942.

SOARES, M.R.P.(2020). Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. *Revista Em Pauta: Teoria social e Realidade*.

RACIALIZAR É PRECISO: DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA SOBRE A CATEGORIA PARDO NA CIDADE DE PELOTAS

Carla Silva de Avila⁴

1. Introdução

As Políticas de Ações Afirmativas vêm problematizando as nuances da estruturação do tipo de racismo construído e sustentado na sociedade brasileira (Almeida, 2019; Sodré, 2023). Durante um bom período da história brasileira acreditava-se que a categoria raça não era relevante para compreensão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na sociedade brasileira (Ortiz, 2001). Nesse sentido, o presente texto busca apresentar alguns desdobramentos da tese defendida em 2022, sobre os dilemas da categoria pardo no quesito raça cor, como condicionalidade para o acesso às políticas de recorte racial, para ingressos na universidade federal de Pelotas. Parte-se da experiência compartilhada de mulheres negras como ferramenta metodológica de compreensão da realidade social (Collins, 2019), bem como da autoetnografia (Zarias, 2004). A primeira parte do texto será dedicada à contextualização breve da minha pesquisa junto às bancas de heteroidentificação durante os anos de 2016 a 2023, como agente externa, a segunda parte será destinada a apresentação dos resultados da pesquisa, sobre os dilemas da categoria pardo, ao acesso à polícia. Na terceira parte, dedico a compartilhar minha experiência em projetos culturais em que a categoria raça é articulada.

2. Os dilemas da categoria pardo nas bancas de heteroidentificação

As bancas de heteroidentificação para confirmação do componente racial, ao acesso as reservas de vagas para negros (pretos e pardos) ao ingresso no ensino universitário federal, surgem após denúncia de estudantes negros, ao perceber que pessoas brancas estavam ocupando essas vagas (Avila, 2022). O campo de disputa em torno da identidade racial e, por consequência, das Políticas de Ações Afirmativas (PAA) é composto por diversas vertentes, que vão desde a negação do racismo até a apropriação da categoria “pardo” por pessoas brancas, de maneira não racializada.

⁴ Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2006) e Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (2011). Doutora em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL (2022). Professora de Sociologia na Universidade Católica de Pelotas, Coordenadora do Programa de Extensão, Ensino e Pesquisa Relações Étnico-Raciais da UCPEL Professora Pesquisadora no Curso de Licenciatura em Filosofia EAD da UFPEL e na Escola Monsenhor Queiroz da Rede Estadual de Ensino. Contato: sociocarla@gmail.com.

É possível perceber, por meio da experiência nas bancas de heteroidentificação, que a utilização do “pardo” de forma não racializada oferece a candidatos brancos a possibilidade de se apropriar de um de seus significados (a mistura racial), utilizando a autodeclaração circunstancial como uma justificativa para serem reconhecidos como sujeitos de direito nas políticas públicas.

A adoção da categoria negro (pretos e pardos) nas políticas de ações afirmativas, trouxe à tona uma das consequências sintomáticas da disputa sobre os sentidos e entendimentos da categoria “pardo” na sociedade brasileira. Trata-se de um sistema de classificação racial marcado por múltiplos significados e interpretações da miscigenação racial brasileira. As nuances entre cor e raça estão intrinsecamente ligadas ao próprio processo de formação e classificação racial da sociedade brasileira, além de se refletirem no campo teórico de produção sobre o tema (Dafton, 2017).

Segundo Nilma Lino Gomes (2021) os procedimentos de heteroidentificação possibilitam a realização de outras possibilidades de percepção e análise de um conjunto de questionamento de questões no interior da vida social cotidiana sobre a identificação de quem é negro numa sociedade miscigenada não racializada. As denúncias feitas por estudantes negros organizados contra as fraudes nas Políticas de Ações Afirmativas (PAA) em 2016 marcaram um ponto importante nos estudos das relações raciais no Brasil. Essas denúncias revelaram diversas formas pelas quais o racismo opera como um agente tanto estruturante quanto estruturador da sociedade.

3. O pardo em questão – pardo negro é pardo racializado

A discussão referente ao pardo racializado, ou o pardo negro foi problematizada em formações⁵ realizadas pelo Núcleo de Ações Afirmativas (NUAAD), Em seguida, apresento algumas das discussões realizadas no universo da pesquisa e compartilhada com novos integrantes das bancas de heteroidentificação.

Uma das principais evidências encontradas na pesquisa deu-se pela diferenciação entre autodeclaração racial, no que tange ao pertencimento individual e a condicionalidade para acesso a uma política pública. Aqui me faço do uso do pardo-negro como o sujeito de direito desta política. Parte dos processos de discussão do agenciamento das formas de enfrentamento do tipo de racismo existente no Brasil, uma vez que a cor vem antes. Pois a percepção de ser negro nos acompanha dia a dia, em algumas ocasiões foi desafiada pela exigência de traduzir nossos sentimentos e experiências para a linguagem formal das instituições. Isso ocorre como se fôssemos impactados pelas tensões da ideologia do branqueamento e pelo mito da democracia racial, que busca desracializar aqueles que se encontram em uma situação de positividade social.

⁵ Curso de Formação para Bancas de Heteroidentificação.

A heteroidentificação complementam a autodeclaração no processo de defesa para que negros e negras ocupem as vagas destinadas a esse grupo racialmente marginalizado na historicidade do Brasil. O processo formativo inicia-se no momento em que o candidato é levado a refletir sobre sua identidade racial. Simultaneamente, ao se deparar com a negativa – ou seja, quando suas características fenotípicas não garantem seu direito à vaga de cotista racial – o candidato percebe que sua autodeclaração como pardo não cumpre os requisitos para ser reconhecido como sujeito de direito. Ou seja, a heteroidentificação burocratização os processos de racialização dos corpos na sociedade, uma vez que inúmeras foram as ideologias que negaram a real segregação racial existente em nosso país (Avila, 2022).

O debate sobre o que significa ser negro e ser brasileiro é atravessado por múltiplas frentes de tensão, refletidas nos usos e sentidos das terminologias que expressam essa disputa ideológica, com ênfase nas categorias “negro” e “pardo”. O pardo sujeito de direito está na percepção de negritude do candidato, ou seja: o sujeito apresentar para o coletivo, já instrumentalizado com a teoria das relações raciais e com o histórico de lutas negras que apontam para o pardo-negro o sujeito de direito da política de ações afirmativas.

4. A categoria raça em editais de fomentos à cultura na cidade de Pelotas

A primeira experiência de inserção da categoria raça e do pardo racializado deu-se ainda como doutoranda, na participação da elaboração do edital da Lei Aldir Blanc⁶, para artistas e projetos culturais. Nesse período participei representando a Universidade Católica de Pelotas, auxiliando na elaboração das cotas para participação do prêmio Aldir Blanc. No edital instrui-se a colocação da categoria negro, atendo-se ao pardo racializado através das características fenotípicas negras⁷.

O segundo projeto foi junto à Cia de Dança Afro Daniel Amaro, no ano de 2021, no centenário do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo⁸. Neste edital participou-se como pesquisadora da temática étnico-racial, através de elaboração de textos que enfatizaram os contextos de segregação racial no país e a necessidade de racializar as relações sociais no interior da sociedade aten-se aos processos sociológicos e ideológicos. Em seguida trago um dos textos feito para a categoria mulher;

⁶ Para maiores informações sobre o edital:

<https://www.pelotas.com.br/storage/cultura/edital/edital-lei/2020/EXTRATO%20ALTERACAO%20-%20EDITAL%20004-2020%20-%20MOVIMENTO%20-%20PREMIO%20DE%20RECONHECIMENTO%20DA%20CULTURA%20PELOTENSE.pdf>

⁷ Neste edital, criou-se um item indicando que a necessidade de heteroidentificação caso houvesse alguma denúncia. Essa condicionalidade também foi atribuída às cotas destinadas à comunidade LGBTQIAPN+.

⁸ Para mais informações: <https://diariodamanhapelotas.com.br/site/memoria-exposicao-homenageia-centenario-do-fica-ahi/>

dialogando com um dos centros da tese que é a interseccionalidade proposta por Patrícia Hill Collins (2019):

Mas essa não foi a história construída pelas mulheres negras do Fica Ahí. Essas mulheres organizaram sua emancipação para além do trabalho doméstico, que sustentou e ainda sustenta tantas famílias negras. Construíram uma estética negra própria, e conquistaram espaços de regência educacional. Tornar-se negra passa pelo enfrentamento das imposições dadas ao ser mulher e ser mulher negra e construir um legado em conjunto à luta pela educação, beleza e elegância (Avila, 2021).

O terceiro foi junto ao projeto “Salve Saravá”, ainda em andamento, referente a presença negra no choro, em 2024. Para o show foram produzidas estrofes que dialogam com o contexto histórico de produção das composições, bem como o período de vida dos compositores. O edital foi dirigido por um homem branco, músico e filho negros. No caso um homem pardo-branco, que buscou no contato com teoria das relações raciais, compreender os processos de branqueamento de estilos musicais negros no Brasil. Compartilhar essa experiência possibilitou problematizar formas distintas de efetivação da promoção da igualdade racial. Evidencia-se múltiplas maneiras de vivenciar elementos de uma epistemologia negra em contraponto à branquitude como imposição de ser. A musicalidade negra porta-se como elemento agenciador da epistemologia negra impulsionada na efetivação das políticas de ações afirmativas e como possibilidade de reconhecimento e enfrentamento do racismo em inúmeras esferas da vida em sociedade, segue um dos trechos lidos no meio do espetáculo:

Racializar é desconstruir narrativas e práticas coloniais que sempre, sempre, sempre...

Desrespeitam, desautorizam e anulam o negro existir

É um exercício de desconstruir preceitos, achismos e ausências sobre nós, sobre nossa brasilidade, nossa diversidade e nossa negritude (Avila, 2024).

Por fim destaca-se a importância nas pesquisas junto aos movimentos sociais no que tange a inserção da teoria junto a arte. Uma vez que a arte lida com um arsenal de formas de percepção da realidade social. Nesses exemplos pude demonstrar elementos de desconstrução do racismo estrutural que sempre encontra pontos de se manter e manter as desigualdades em nossa sociedade.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ÁVILA, Carla Silva de. **Os dilemas da categoria “pardo” nas políticas de ações afirmativas de corte racial no sul do RS.** Pelotas, 2022. 188p. TESE, Universidade Católica de Pelotas. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/wp-content/uploads/sites/5/2022/12/Carla-Silva-de-Avila.pdf>

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

DAFTON, Verônica Toste. **Tão Longe, Tão Perto: Identidade, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Estácio. **Ações Afirmativas de Promoção Ações Afirmativas De Promoção Da Igualdade Racial Na Educação: Lutas, Conquistas e Desafios.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, e258226, 2021.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional.** Petrópolis: Vozes, 2023.

ZARIAS, Alexandre. Os tempos da etnografia em arquivos e os processos judiciais In: **Quando o campo é um arquivo: etnografias, histórias e outras memórias.** Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCH/UFRJ. Rio, 25 e 26 de novembro de 2004. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/AlexandreZarias.pdf>.

INOVAÇÃO COM ALMA: A PONTE ENTRE TECNOLOGIA E HUMANIDADES NA UFPel

Glenio do Couto Pinto Junior⁹

A princípio, a escolha de um profissional da inovação tecnológica por um programa de pós-graduação em Política Social e Direitos Humanos pode parecer inusitada.

No entanto, essa jornada na UCPel revelou-se transformadora. Para um profissional da área de inovação tecnológica, como eu, essa experiência representou uma profunda transformação, um rompimento com a visão tecnicista que, por vezes, obscurece a essência da tecnologia: o ser humano.

As disciplinas, os artigos, os debates, seminários e pesquisas, desenvolvidos ao longo do mestrado e, depois, do doutorado, ampliaram minha percepção sobre o papel da inovação na sociedade.

Foi neste debate reflexivo que fui compreendendo cada vez mais o quanto a tecnologia, para ser verdadeiramente relevante, deve buscar o impacto social positivo, a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural, e a justiça social.

A inovação é por essência um fenômeno social, não se pode dissociar do desenvolvimento desta mesma sociedade que lhe dá pulmões; pelo contrário, são faces da mesma moeda, intrinsecamente ligadas.

A caminhada no PPG de Política Social e Direitos Humanos da UCPel me proporcionou a clareza no entendimento de que o crescimento do conhecimento exige a fusão do técnico e do humano, do social e do econômico.

Hoje levo comigo a percepção de que a inovação com propósito é aquela que coloca o ser humano no centro, e essa é a herança que a UCPel me proporcionou.

Logicamente esse legado acabou se materializando em minha prática profissional junto à Universidade Federal de Pelotas, onde atuo no setor de transferência de tecnologia já faz mais de 12 anos.

Durante a pandemia de COVID-19, a UFPel foi pioneira, lançando um edital para disponibilizar tecnologias a custo zero, beneficiando a sociedade em um momento de extrema necessidade. Da mesma forma, na recente crise climática que abalou o Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de contribuir, através do Núcleo de

⁹ Chefe da Seção de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia – SDITTEC da INOVA/UFPel/RS. Tutor dos Cursos EaD de Direito e Segurança Pública na UCPel.

Inovação da UFPel, com a oferta de tecnologias para auxiliar na reconstrução econômica e social das regiões afetadas, demonstrando o poder da tecnologia a serviço da comunidade.

Para além de episódios pontuais, também participei do apoio à criação de uma política institucional de incubadoras capaz de amparar em pé de igualdade as incubadoras sociais e tecnológicas na universidade, democratizando o acesso à inovação para comunidades marginalizadas. A recente incorporação das incubadoras sociais dentro do contexto da Política Nacional de Inovação, coordenada pelo Marco Legal de Inovação é um exemplo concreto da influência do programa de pós-graduação em minha formação e atuação.

Reafirmo, assim, que não há sustentabilidade sem a integração entre economia e necessidades sociais. A mensagem que deixo aos meus queridos mestres e colegas é que a verdadeira inovação é aquela que promove o bem-estar humano e a justiça social.



Encontro de Egressos/as do
Programa de Pós-Graduação
em Política Social e Direitos
Humanos da UCPel

Tema: Socialização e Análise de Experiências
de Fomento à Participação Cidadã e Defesa
de Direitos Sociais no Contexto Atual

COMUNICAÇÕES ORAIS
EGRESSOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS – PPGPSDH/UCPEL

A ERA VARGAS E SUA LEGISLAÇÃO MIGRATÓRIA

Eduardo de Oliveira Soares Real¹⁰

Resumo: A Era Vargas foi um período de grande relevância, no Brasil, para as migrações internacionais. Devido a esse fato, o presente trabalho tem como objetivo debater a relação entre a legislação migratória da Era Vargas e os contextos econômicos e políticos do período. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica para resgatar a realidade política e econômica do período e uma pesquisa documental com o objetivo de identificar a legislação desse período. A primeira parte do trabalho aborda o período que vai da ascensão de Vargas ao poder, em 1930, ao autogolpe do Estado Novo. O segundo tópico envolve o período do Estado Novo, abrangendo também a Segunda Guerra Mundial e a sua influência no contexto brasileiro. Por fim, serão apresentadas as conclusões obtidas da relação entre o contexto da Era Vargas e a legislação migratória.

Palavras-chave: Migrações. Era Vargas. Legislação migratória.

1. Introdução

A Era Vargas foi um período de grande relevância para as migrações internacionais. Neste período existiram diversas leis sobre migração, principalmente, no que diz respeito à entrada de imigrantes no Brasil.

Entender a legislação migratória deste período é fundamental, para compreender o processo de construção da legislação migratória brasileira. Este trabalho é parte dos resultados da tese do autor.

O autor estudou este período pois o objetivo de sua tese era estudar a evolução da legislação migratória, abrangendo todo o período republicano e relacionar com os contextos políticos e econômicos do período. Durante a pesquisa, o autor percebeu que o período da Era Vargas seria um dos mais importantes a serem analisados

2. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo relacionar a legislação migratória e os contextos políticos e econômicos da Era Vargas.

¹⁰ Graduado em Direito pela Universidade Católica de Pelotas. Mestre em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas. Membro do Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos.

Tendo em vista isto, os objetivos específicos são:

- Compreender os contextos políticos e econômicos da Era Vargas a partir de uma revisão de literatura;
- Resgatar a legislação migratória do período a partir de uma pesquisa documental.

3. Metodologia

As informações que subsidiaram as análises foram coletadas através de duas abordagens: uma pesquisa bibliográfica, que permitiu reconstruir o contexto econômico, social, político e ético de cada um dos períodos estudados, e uma pesquisa documental, resgatando as legislações pertinentes a cada um dos períodos. As articulações entre as informações obtidas permitiram o alcance dos objetivos.

A opção pela pesquisa bibliográfica, como uma das formas de construção de um conhecimento científico, deveu-se ao fato de ser a única maneira de reconstruir os contextos históricos nas suas inúmeras articulações. É importante ressaltar que, apesar deste trabalho envolver fatos históricos, não se trata de uma pesquisa histórica, mas de uma pesquisa bibliográfica.

As categorias escolhidas para realizar a pesquisa bibliográfica do período selecionado (1930-1945) foram: “migração”, “contexto político”, “contexto econômico”, “trabalho”. O motivo da escolha foi a impossibilidade de compreender a evolução da legislação migratória na Era Vargas sem compreender o contexto político e econômico, visto que o fenômeno migratório deve ser estudado sempre considerando os interesses do capitalismo (Covarrubias, 2010).

Os critérios de escolha foram referências que abordassem as categorias escolhidas em uma perspectiva de totalidade e contradição, acompanhando o movimento do real. A indicação detalhada das opções realizadas, quanto aos autores, foi no sentido de favorecer o acompanhamento metodológico da reconstrução de cada período abordado.

A bibliografia selecionada foi: o artigo “O combate contra os ‘quistos étnicos’: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo”, de Endrica Geraldo (2009); a obra “Uma Breve História do Brasil”, de Mary del Priore e Renato Venâncio (2016), que relata a história do Brasil de maneira resumida, inclusive o contexto da Segunda República; o artigo “Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas”, de Alexandre Marcelo Bueno (2013).

4. Resultados

O primeiro período a ser estudado é a Segunda República (1930-1937) que contempla o início do governo Vargas, desde o triunfo da Revolução de 1930 até o

golpe do Estado Novo. A primeira legislação da Era Vargas a citar os migrantes foi o Decreto nº 19.482/1930, que estabeleceu a lei dos 2/3, sendo esta fração o limite mínimo para contratação de brasileiros natos, pois acreditava-se que se deveria proteger o trabalhador nacional (Brasil, 1930).

Também nesta época existia um debate no governo de como a imigração deveria ser tratada, esta discussão se dividia em três correntes: os favoráveis, os contrários e os defensores de uma imigração seletiva. A última corrente acabou sendo dominante e se estabeleceram leis de imigração seletiva (Bueno, 2013).

Além disso, em 1934 o governo estabeleceu a “Lei de Cotas” que determinava um limite para o fluxo migratório anual (Brasil, 1934a). No mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 24.215 que proibia a entrada de imigrantes que se encontrassem em situações previstas no decreto, contudo o rol previsto discriminava determinados grupos como: pessoas com deficiência, ciganos, analfabetos e idosos (Brasil, 1934b).

O segundo período analisado é o Estado Novo (1937-1945), nesta época Vargas governou como ditador e sem Congresso Nacional, sendo as leis criadas neste período através do já extinto decreto-lei. Em 10 de novembro de 1937, Vargas instaura uma ditadura. O governo defendeu a instauração deste regime, em virtude da descoberta do Plano Cohen, um plano para destituir Vargas do poder e instaurar uma ditadura socialista no Brasil.

Posteriormente, se descobriria que o plano teria sido falso, com o objetivo de criar um pretexto para instaurar uma ditadura (Priore; Venâncio, 2016). A Constituição de 1937 do Estado Novo, já proíbe a revalidação de diplomas em universidades estrangeiras para imigrantes e determina a restrição do exercício de profissões liberais para os imigrantes (Brasil, 1937).

O Decreto-lei nº 406/1938 trouxe um novo rol exemplificativo de proibição de entrada de imigrantes que também era discriminatório, além disso o decreto-lei previa que por razões sociais ou econômicas, o governo poderia proibir a entrada de imigrantes de determinadas raças ou origens (Brasil, 1938). Nos anos 1940, o Brasil além de viver uma ditadura decidiu ingressar na Segunda Guerra Mundial, isto fez com que o Brasil proibisse a emissão de vistos, salvo em alguns casos previstos no Decreto-Lei nº 3.175/1941 (Brasil, 1941).

Além disso, os migrantes nacionais dos países do Eixo, passaram a ser considerados inimigos do Brasil. Este dispositivo foi utilizado para impedir a concessão de vistos para imigrantes negros, judeus e japoneses, entre outras etnias consideradas indesejáveis pelo governo Vargas (Geraldo, 2009). Em 1943, o governo introduziu a legislação trabalhista, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e regulamentou os sindicatos (Brasil, 1943).

O surgimento da CLT desempenhou um papel fundamental na proteção dos direitos da classe trabalhadora, visto que nesta época a regulação do trabalho, no Brasil, era bastante precária. No final da Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo

em decadência, O governo aprova o Decreto-Lei nº 7.967, de 18 de setembro de 1945, voltando a permitir a migração internacional, mas ainda de maneira seletiva, sendo os europeus os imigrantes ideais, segundo esta legislação (Brasil, 1945). A última parte do trabalho será sintetizada a relação entre a legislação migratória da Era Vargas com os contextos políticos e econômicos do período.

5. Conclusão

A Era Vargas, portanto, foi um período caracterizado pelo autoritarismo, que influenciou na construção de uma legislação migratória seletiva. Esta legislação vigoraria formalmente até a promulgação do Estatuto do Estrangeiro criado no contexto da Ditadura Militar em 1980.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1934** [S. l.: s. n.], 1934a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto no 19.482 de 12 dezembro de 1930**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1930. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto no 24.215 de 9 de maio de 1934**. [S. l.: s. n.], 1934b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei no 3.175, de 7 de Abril de 1941**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1941b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei no 406 de 4 de maio de 1938**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1938a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei no 5.452 de 1o de maio de 1943** (Consolidação das Leis do Trabalho). Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1943. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-norma-pe.html>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei no 7.967, de 18 de setembro de 1945**. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 ago. 2021.

BUENO, Alexandre Marcelo. Língua, imigração e identidade nacional: análise de um discurso a respeito da imigração no Brasil da Era Vargas. **Estudos Semióticos**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 35–43, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4016.esse.2013.69531>. Acesso em: 24 fev. 2023.

COVARRUBIAS, Humberto Márquez. Desarrollo y migración: una lectura desde la economía política crítica. **Migración y desarrollo**, [s. l.], v. 8, n. 14, p. 59–87, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-75992010000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 9 jun. 2021.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. **Locus: revista de história**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 171–187, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/31799>. Acesso em: 24 fev. 2023.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Planeta, 2016.

POLICIAIS PENAIS MULHERES: SOBRECARGAS PRISIONAIS

Marina Nogueira Madruga¹¹

Resumo: O texto aborda a realidade enfrentada por mulheres que laboram no ambiente prisional e lidam com múltiplas sobrecargas decorrentes de questões de gênero. A pesquisa investigou a 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, identificando seis tipos de sobrecargas, como discriminação, assédios e barreiras à promoção. A conclusão destaca a necessidade de políticas que reconheçam e enfrentem essas dinâmicas androcêntricas em prisões masculinas e masculinizantes.

Palavras-chave: Questão penitenciária. Mulheres. Polícia Penal. Sobrecargas prisionais.

1. Introdução

“Um machismo assim ó, nítido. Às vezes eu tenho mais problema com os colegas com o machismo do que com os presos.” Com essas palavras, a Agente Penitenciária Ladaia revela a realidade enfrentada por mulheres no ambiente carcerário. Essa declaração lança luz sobre a complexidade de gênero nos espaços prisionais, que, além de masculinos, são também intensamente masculinizantes (Colares; Chies, 2010), evidenciando a demanda de um olhar para a experiência das servidoras que atuam nesse contexto.

Partindo dessa realidade e da ausência de produção acadêmica acerca de agentes penitenciários, agora transformados em policiais penais pela Emenda Constitucional 104/2019, e considerando a necessidade de uma abordagem de gênero que investigasse e compreendesse a presença dessas mulheres em espaços carcerários majoritariamente masculinos, a pesquisa apresentada é resultado da Dissertação de Mestrado em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, concluída em 2020, que gerou o livro “Agentes Penitenciárias: Sobrecargas Prisionais”, publicado pela Editora Adentro e Através.

Direcionando-se à verificação de quais as implicações dos ambientes e das dinâmicas carcerárias das mulheres policiais penais, a pesquisa teve como sujeitos aquelas que trabalham nos estabelecimentos prisionais da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, composto por estabelecimentos penais nos municípios de Camaquã, Canguçu, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar.

¹¹ Professora nos cursos de Direito e Tecnologia em Segurança Pública da UCPEL, coordenadora do Curso Superior em Segurança Pública da Universidade Católica de Pelotas e pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Trabalho e Estudos Criminais-Penitenciários (GITEP - UCPEL).

Como contribuição, apresenta sobrecargas prisionais específicas que atingem essas mulheres e se intensificam no exercício de suas funções: Sobrecargas de secundarização do feminino; Sobrecargas do peso do trabalho leve; Sobrecargas de assédio sexual; Sobrecargas de assédio moral; Sobrecargas de afastamento de promoções e cargos de chefia e Sobrecargas levadas ao extramuros.

2. Objetivos

A pesquisa teve como objetivo geral compreender quais as implicações dos ambientes e dinâmicas prisionais para as mulheres que atuam como Agentes Penitenciárias na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul.

A partir desse objetivo de pesquisa, outros quatro objetivos específicos foram traçados: a) verificar eventuais sobrecargas invisibilizadas a que são submetidas essas Agentes, sobretudo e inclusive por parte dos gestores públicos do sistema prisional e das respectivas políticas; b) averiguar acerca da existência – no estado do Rio Grande do Sul – de políticas e/ou ações que tratam das implicações desencadeadas a partir do órgão de gestão penitenciária (Superintendência dos Serviços Penitenciários); c) analisar os efeitos da profissão na vida extramuros dessas mulheres e d) verificar como essas mulheres lidam com a diferenciação e se desenvolvem estratégias próprias para enfrentar esse contexto de assimetrias na profissão.

3. Metodologia

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, buscando a coleta de dados a partir de entrevistas semiestruturadas com mulheres lotadas nas prisões da 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul, bem como a servidoras aposentadas, aplicadas no ano de 2019-2020.

A 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul conta com 41 Agentes Penitenciárias em serviço. Dessas, contatamos 32, conseguindo 20 participações na pesquisa. A fim de compreender melhor as implicações de dinâmicas prisionais às mulheres, conseguimos contatar e entrevistar mais 05 Agentes Penitenciárias aposentadas e que atuaram em um ou mais presídios da região.

Portanto, o material empírico para a análise textual discursiva se constituiu de 25 entrevistas e uma visita para observação do dia a dia profissional dessas mulheres no Presídio Regional de Pelotas.

4. Sobrecargas prisionais

Os dados denunciam a ocorrência de desvalorização, discriminação, estigmatização e exclusão das mulheres no exercício da profissão carcerária.

Como resultado central, a pesquisa apresenta seis sobrecargas (in)visibilizadas a que são submetidas às agentes penitenciárias/policiais penais – sobretudo e inclusive por parte dos servidores homens, dos gestores públicos do sistema prisional, da Susepe e das respectivas políticas –, inspiradas na percepção das dores do encarceramento, de Gresham Sykes (2017), a fim de categorizar as privações e dores prisionais – alcunhadas aqui como sobrecargas.

Além das cargas prisionais que afetam todos os agentes penitenciários em razão da função, essas mulheres enfrentam ainda outras sobrecargas, conectadas a questões de gênero. São cargas que excedem as exigências normais de suas funções, que se ampliam.

A sobrecarga de secundarização do feminino evidencia a discriminação das mulheres pelos colegas em um ambiente majoritariamente masculino. O machismo e a cultura patriarcal relegam as agentes penitenciárias a um papel invisível e secundário. Como evidenciam as declarações das entrevistadas, elas são vistas como intrusas e frequentemente atribuídas a tarefas administrativas, enquanto atividades mais críticas são reservadas para os homens. Comentários como “Eu não quero ir com a fulana, quero ir com outro homem” e a percepção de que “o preso nos respeita mais do que os colegas” destacam essa discriminação. A noção de “peso do trabalho leve” (Paulilo, 1987) reflete a visão patriarcal que desvaloriza o trabalho feminino e reforça a divisão sexual do trabalho, atribuindo maior valor às atividades masculinas.

A sobrecarga de assédios nas instituições prisionais divide-se em duas categorias: sexual e moral. O assédio sexual é frequentemente relatado por agentes penitenciárias como comportamento inadequado de colegas homens e superiores, manifestado por piadas, convites indesejados e outros abusos que são frequentemente desconsiderados como “brincadeiras”. Além disso, a necessidade de usar uniformes e maquiagem para afirmar seu valor é discutida entre as mulheres. O assédio moral ocorre quando superiores praticam ações degradantes, como humilhação pública e descontos injustificados em avaliações de desempenho.

A sobrecarga relacionada ao afastamento de promoções e cargos de chefia refletem desvalorização, ligada ao conceito de peso do trabalho leve e à hierarquia na divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007), onde tarefas femininas são vistas como menos importantes e, portanto, menos remuneradas. As servidoras enfrentam dificuldades para acessar promoções e cargos de liderança, frequentemente relacionadas a favoritismos.

As sobrecargas enfrentadas pelas mulheres na categoria penitenciária se estendem para além do ambiente de trabalho, afetando sua vida pessoal. Essas sobrecargas incluem desvalorização social, intensa carga emocional e preocupações com a segurança de filhos e familiares, o que frequentemente resulta em necessidade de morar longe do trabalho e dificuldade em expor a vida pessoal nas redes sociais. Elas enfrentam insegurança ao frequentar determinados lugares, mudanças na

personalidade, estresse constante e dificuldade em expressar sentimentos. Esses fatores influenciam negativamente a vida familiar e contribuem para problemas de saúde.

5. Conclusões

Em conclusão, as agentes prisionais frequentemente enfrentam um ambiente de trabalho que as silencia e ofusca, resultando em uma clara divisão de gênero onde os homens são dominantes e visíveis, enquanto as mulheres permanecem invisíveis.

A masculinização dos presídios estabelece uma barreira entre esses dois grupos, criando um subsistema de visibilidade e invisibilidade que exige que as mulheres se imponham para serem ouvidas, frente a presença de sobrecargas prisionais.

Por fim, a pesquisa revelou a invisibilidade das mulheres na instituição penitenciária, embora não tenha identificado discriminação sistemática por parte da Susepe. Contudo, as dinâmicas androcêntricas observadas perpetuam a ausência de políticas específicas para as agentes penitenciárias, permitindo a continuidade do padrão masculino predominante e a falta de reconhecimento e valorização das mulheres no ambiente prisional, destacando importância de se incorporar as discussões de gênero para a compreensão da complexidade do sistema carcerário.

Referências

BIANCHI, Fernando Moreira Dardaqui; VASQUES, Patrícia. Mulheres no Cárcere: as peculiaridades das agentes prisionais femininas. **Cadernos de Iniciação Científica**, São Bernardo do Campo, n. 14, 2017.

COLARES, Leni Beatriz Correia. CHIES, Luiz Antônio Bogo. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominação viril em presídios masculinamente mistos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000200007>. Acesso em: Agosto de 2024.

DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. **Los cautiverios de las mujeres: madrasposas, monjas, putas, presas y locas**. 2. ed. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

JARDIM, Ana Caroline Montezano Gonsales. **Os discursos sobre o feminino na questão penitenciária brasileira: uma análise a partir das relações de gênero**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PAULILO, Maria Ignez S. O Peso do Trabalho Leve. **Revista de Ciência Hoje**, Florianópolis, n. 28, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud.** – **CEBRAP**, São Paulo, nº.79, pp. 71-94, Nov. 2007.

SYKES, Gresham. **La sociedad de los cautivos: Estudio de una cárcel de máxima seguridad**. Buenos Aires: Siglo Veinteuno Editores, 2017

A (O) ASSISTENTE SOCIAL E O TRABALHO COM AS(OS) ESTUDANTES QUILOMBOLAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE-FURG: UM ESTUDO DE CASO

Carla Isabel de Oliveira Marinho e Silva¹²

Resumo: Este trabalho objetiva apresentar o resultado de minha dissertação de mestrado sobre o trabalho da(o) assistente social com as(os) quilombolas da FURG. O objetivo geral foi analisar como se constituía o trabalho da(o) assistente social com as(os) discentes quilombolas da FURG e, de forma específica, conhecer o trabalho realizado pelo serviço social da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE junto aos discentes quilombolas; sistematizar as demandas institucionais e das(os) estudantes quilombolas ao serviço social da PRAE na FURG e descobrir os desafios e possibilidades para atuação das(os) assistentes sociais no trabalho desenvolvido com as(os) discentes quilombolas da FURG. A investigação ocorreu pelo método dialético-crítico, com abordagem qualitativa, e utilizou a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, na qual, a coleta de dados efetivou-se por entrevista semiestruturada. As participantes foram seis assistentes sociais que trabalham com as(os) discentes quilombolas na PRAE da FURG. A análise dos dados ocorreu pela análise do discurso embasado por Minayo (2014). Os resultados às principais demandas institucionais ao serviço social relacionadas aos quilombolas consistem no acolhimento no ingresso à universidade e inclusão no sistema para usufruírem os auxílios e benefícios. As demandas das(os) discentes quilombolas ao serviço social da PRAE são solicitações aos auxílios e benefícios (Casa do Estudante Universitário, alimentação e transporte). As(os) assistentes sociais indicaram, nas suas falas, que a sobrecarga de trabalho, o atendimento exacerbado, as demandas institucionais, os recursos humanos limitados para atendimento aos estudantes e a falta de recursos materiais têm dificultado o planejamento de trabalho com os discentes quilombolas.

Palavras-chave: Trabalho da(o) Assistente Social. Quilombolas. Serviço Social.

1. Introdução

Neste trabalho, trazemos um recorte da minha pesquisa de mestrado que analisou empiricamente como se realizava o trabalho da(o) assistente social com as(os) estudantes quilombolas na Universidade Federal do Rio Grande/RS (FURG). A pesquisa teve como lócus de estudo o espaço socio-ocupacional da FURG, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul – RS. A FURG é uma universidade pública federal que promove a gratuidade e qualidade destinada à promoção do ensino superior, da

¹² Mestre em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas –UCPEL – e Assistente Social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE, da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

pesquisa e extensão, dotada de autonomias didático-pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

A escolha por essa temática decorreu de nossa inserção profissional enquanto assistente social na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), desde 2014, e no atendimento às (aos) estudantes quilombolas que ingressaram no ensino superior público por meio de políticas de ações afirmativas e de minha inserção no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, da Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Iamamoto (2001) ressalta que a(o) assistente social constitui-se de uma(um) trabalhadora(or) assalariada(o) que, nas suas relações e inserção no mercado, compra e vende a sua força de trabalho especializada aos empregadores estatais e privados, dispondo de relativa autonomia na condução de seu trabalho junto a pessoas e grupos sociais – o que exige compromisso com os princípios éticos direcionadores da ação profissional, explicitados no código de ética profissional. Portanto, conhecer o trabalho da(o) assistente social, junto às(aos) estudantes quilombolas, possibilita fortalecer e reafirmar o compromisso com as(os) usuárias(os) dos serviços socioassistenciais na garantia e defesa dos direitos.

O trabalho está organizado em três partes. A primeira é a introdução, a segunda, sobre o trabalho da(o) assistente social e a última parte versa sobre o trabalho da(o) assistente social com as(os) discentes quilombolas.

2. O trabalho da(o) assistente social

Pensar no trabalho das(os) assistentes sociais, necessariamente, nos remete ao que Marx (1988) pesquisou sobre a categoria do ser social. Para ele, o trabalho é um sistema de relação do homem com a natureza. É por meio do trabalho que o homem transforma a natureza, a si mesmo e aos outros. O trabalho na sociedade capitalista é colocado como alienado e abstrato, sendo transformado em mercadoria. O emprego da força de trabalho é, em síntese, o próprio trabalho, e a força de trabalho em funcionamento é o próprio trabalhador (Marx, 1988).

A solidificação do capitalismo e a lei geral da acumulação do capital fixam socio- historicamente as condições para a urgência e o andamento da questão social, pois na reprodução do capital está a base da questão social. Destarte,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (Netto, 2011, p. 157).

O trabalho produzido pela(o) assistente social, pensado como trabalho concreto, socialmente útil, favorece o processo de reprodução das relações sociais. Dessa forma, temos a compreensão de que a profissão é subordinada a determinada perspectiva de análise, que situa o serviço social a partir da inserção deste na divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista.

Isso consiste em afirmarmos que o significado social da profissão se revela na sua colocação na sociedade, permitindo que, a partir dessa inserção, seja capaz de transpor a ideia endógena, voltada para si, e localizá-la no cenário de relações mais ampliadas que constituem a sociedade capitalista, em particular, na esfera das respostas que o Estado e a Sociedade constroem mediante a questão social.

Enfatizamos que a(o) assistente social intervém nas relações sociais no espaço socio- ocupacional em que trabalha todos os dias, atendendo à população usuária. Assim, por meio da dimensão socioeducativa, a(o) assistente social pode se manifestar com características disciplinadoras para moldar as(os) usuárias(os) aos preceitos institucionais na vida social, ou pode fortalecer a luta e os projetos delas(es).

2.1. O trabalho da (o) assistente social com os estudantes quilombolas na FURG

As requisições institucionais ao serviço social da FURG foram descritas pelas assistentes sociais entrevistadas, considerando-se as principais demandas.

Maria evidencia o “acolhimento no ingresso e no acompanhamento dos estudantes quilombolas em relação aos auxílios disponibilizados” (Maria, Assistente Social) (Silva, 2019, p.97).

As requisições institucionais mais demandadas foram referidas pela maioria das assistentes sociais como o acolhimento às(aos) discentes quilombolas quando ingressam na instituição; o acompanhamento referente aos auxílios e social. Outra demanda citada é a saúde mental das(os) discentes – algo que tem aumentado significativamente e exigindo cada vez mais acompanhamento e encaminhamento para a rede de serviços específicos.

As principais demandas das(os) estudantes quilombolas ao serviço social dizem respeito aos auxílios estudantis, conforme descrito abaixo.

A assistente social Joana nos relata que “são questões, apontamentos específicos, questões da Casa do Estudante Universitário, ajustamento do auxílio-transporte, auxílio para eventos” (Joana, Assistente Social) (Silva, 2019, p.99).

Com a cooperação das entrevistadas, observamos e consolidamos nosso pensamento de que a questão específica das(os) discentes quilombolas centra-se, em grande parte, na mudança cultural, concomitante à distância de suas famílias e comunidades, potencializando as demandas apontadas.

Nas palavras das entrevistadas, os desafios e possibilidades no trabalho com as(os) quilombolas:

É assim, uma coisa que vai além da instituição, é a questão hoje, da nossa conjuntura nacional, do que está acontecendo no país, pois a gente trabalha, o nosso trabalho é sempre vinculado às políticas públicas, como a assistência estudantil. Eu acho que isso é um desafio, a gente continuar o trabalho da assistência quando se tem um governo federal que subsidia o trabalho e não prioriza – isso é um grande desafio (Marta, Assistente Social) (Silva, 2019, p.100).

A questão de manutenção dos auxílios estudantis na conjuntura de cortes de recursos pelo governo federal (governo de Jair Bolsonaro) tem sido um grande desafio, pois, no Brasil, a (o) assistente social é majoritariamente servidora(or) pública(o) e trabalha “predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras” (Iamamoto, 2009, p. 345).

A assistente social Joana apontou a precarização do trabalho relacionado aos recursos humanos: “Acho que a questão de recurso humano, é o que mais pega, pois nós somos poucos profissionais que atendemos muitos estudantes ao mesmo tempo” (Joana, Assistente Social, 2019) (Silva, 2019, p.101).

Os desafios postos no cotidiano profissional das assistentes sociais entrevistadas, conforme suas falas, denotam questões relativas aos recursos humanos e à limitação de número de assistentes sociais para a grande demanda institucional. Há, além disso, a limitação dos recursos materiais que tem ocasionado, inclusive, a precarização dos serviços de atendimento às(aos) estudantes quilombolas, como, por exemplo, o corte de recursos para a divulgação dos cursos de graduação ofertados pela FURG nas comunidades quilombolas.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, Karl **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Koth. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Carla Isabel de Oliveira Marinho. **O trabalho do Assistente Social com os discentes quilombolas: estudo de caso na Universidade Federal do Rio Grande – FURG**. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2019. Disponível em: <http://tede.ucpel.edu.br:8080/jspui/bitstream/jspui/849/2/Carla%20Isabel%20Marinho%20e%20Silva.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.

ANÁLISE DA POLÍTICA “HUMANIZA SUS” DE UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO RS A PARTIR DA ADEÇÃO À EBSERH

Gabriela de Araujo Spotorno¹³

Resumo: Busca-se apresentar o resultado de uma pesquisa realizada em 2018 que analisou a efetivação da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão da Saúde (PNH) em um Hospital Universitário (HU) do Rio Grande do Sul (RS) a partir da sua adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). O referencial teórico que subsidiou esta análise percorreu diversos autores que refletem sobre o processo de redemocratização, a política de saúde e de humanização. A metodologia da pesquisa pautou-se no método materialista dialético-crítico de abordagem qualitativa dos sujeitos envolvidos com a PNH (trabalhadores/as, usuários/as e gestores/as). Concluímos que o direito à informação, a privacidade, a comunicação entre os usuários e profissionais, bem como entre profissionais e gestão, e a implementação dos dispositivos da diretriz clínica ampliada e compartilhada continuam sendo os maiores desafios para a efetivação da PNH.

Palavras-chave: EBSERH. PNH. Saúde. Hospital Universitário.

Introdução

O presente resumo apresenta o resultado de uma pesquisa que analisou a efetivação da Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão da Saúde (PNH) em um Hospital Universitário (HU) do Rio Grande do Sul (RS) a partir da sua adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Foi realizada em 2018, vinculada à linha de pesquisa “Estado, direitos sociais e política social” do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos – curso de Mestrado, do Centro de Ciências Sociais e Tecnologias da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL).

A PNH, conhecida como HumanizaSUS, é considerada uma política pública a partir de 2003 e emerge como movimento de mudança de modelo de atenção e gestão do Sistema Único de Saúde. E,

Por humanização entendemos a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores que norteiam essa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção

¹³ Mestra em Política Social e Direitos Humanos pela UCPEL/RS, Assistente Social do Hospital Dr. Miguel Riet Correa Jr. Rio Grande/RS. Brasil. E-mail: gabrielaspotorno@furg.br

de redes de cooperação e a participação coletiva no processo de gestão (Brasil, 2010, p. 4).

A PNH apresenta a “humanização” como transversal no âmbito do Sistema Único de Saúde, devendo atuar na horizontalidade e

ofertar atendimento de qualidade articulando os avanços tecnológicos com acolhimento, com melhorias dos ambientes de cuidado e das condições de trabalho dos profissionais. [...] aumentar o grau de corresponsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS, na produção de saúde, implica mudança na cultura da atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho (Brasil, 2004, p. 7).

Assim, o referencial teórico que subsidiou esta análise percorreu diversos autores que refletem sobre as políticas sociais, considerando a discussão do processo de redemocratização e a política de saúde no Brasil, as disputas do campo valorativo da Reforma Sanitária e a tendência neoliberal, a caracterização do HU e da EBSEH, bem como a própria PNH.

Podemos afirmar que a partir do referencial teórico identificamos quatro abordagens da categoria “humanização”, sendo: humanização a partir da relação queixa/conduta; humanização a partir da abordagem foucaultiana com enfoque na linguagem e comunicação; humanização a partir da superação do modo de produção capitalista; e humanização a partir da relação “humanização-alienação” e da práxis.

2. Objetivo

Buscou-se analisar o processo de efetivação da PNH a partir da identificação de quais os projetos de saúde (reforma sanitária ou privatista) estão ocultos nos discursos dos sujeitos, bem como das ações da PNH do hospital pesquisado; identificar se as diferentes formas de contrato de trabalho (Regime Jurídico Único Federal e Consolidação das Leis Trabalhistas) interferem nas ações de humanização implementadas; e identificar se as ações de humanização estão respondendo às demandas da população usuária ou capital.

3. Metodologia

A metodologia da pesquisa pautou-se no método materialista dialético-crítico de abordagem qualitativa dos sujeitos (trabalhadores/as, gestores/as e usuários/as) envolvidos com a PNH. Optou-se por não escolher uma categoria de sujeitos, porque conforme apontado por Benevides e Passos (2005), há de se evitar fragmentar, compartimentar e segmentar a política. Os integrantes do Grupo de trabalho de Humanização (GTH) também foram convidados a participar da pesquisa por ser um dispositivo da PNH e estar à frente da implementação da política no hospital. Assim, o número total de participantes foi de 28 sujeitos.

Os instrumentos utilizados foram: questionário, roteiro de entrevista semiestruturado e grupo focal. Cabe destacar que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCPEL e também Comitê de Ética do HU, onde a pesquisa foi realizada, respeitando, assim, as diretrizes e normas que regulamentam a Pesquisa em Seres Humanos – Resolução n.º 466/2012 do Conselho Nacional de saúde.

4. Considerações finais

Em relação aos resultados, destaco aqui a heterogeneidade do nível da formação, apontando a desigualdade – que gera assimetrias nas relações de poder entre os sujeitos da pesquisa. Além disso, considerando uma das reflexões da PNH, quanto à necessária e urgente aproximação entre gestão e atenção à saúde, aliadas à formação dos profissionais de saúde, os resultados da pesquisa evidenciam que participantes graduados entre 2004 e 2010 não tiveram a PNH abordada em seus cursos, e os graduandos de 2011 viram aspectos relacionando a humanização quanto a sua prática profissional. Revela-se, assim, que os/as profissionais passam a ouvir sobre a PNH quando começam a trabalhar no campo da saúde.

Considerando os resultados a partir dos participantes gestores, a PNH é vista como um programa associado à EBSEERH e com o objetivo de qualificar o processo a partir de um viés verticalizado para sua implementação, e não tem necessariamente o intento de mudar uma cultura.

Os participantes gestores identificaram apenas a Reunião Pública de Governança como espaço de “Co-Gestão e Participação”, porém, essa não necessariamente tem a participação de trabalhadores/as e não se constitui como espaço deliberativo, diferente do GTH, que é previsto para exercer esse papel, mas não é reconhecido pelos participantes da pesquisa em geral como um espaço para esse fim.

Em relação aos usuários, destacou-se a humanização dentro da concepção queixa- conduta, associadas a comportamentos individuais. Apesar desses participantes apontarem questões estruturais que necessitam de mudança, mostraram-se tolerantes e compreensivos com a ideologia da “crise da saúde”. Foi identificada dificuldade de comunicação entre usuários/as e trabalhadores/as e do acesso à saúde como direito individual e não coletivo. Destacou-se, também, reações negativas de profissionais em detrimento de usuários/as que buscaram protagonismo e corresponsabilização nos cuidados.

Em relação aos participantes trabalhadores/as, dados sugerem uma crise sindical ocasionada pela reestruturação produtiva de acumulação flexível. Algumas falas deram visibilidade à fragmentação dos trabalhadores por diferentes regimes de trabalho, carga horária, entre outros aspectos. Identificou-se, também, a falta de uma isonomia salarial defendida pela Reforma Sanitária, bem como a fragilidade

emocional que essas diferenças podem potencializar em alguns momentos no ambiente de trabalho. Reitera-se a fragilidade da diretriz ambiência evidenciada pelos gestores, acrescentando-se questões alusivas à privacidade dos usuários/as, a qual não existe.

Apenas um dos entrevistados conhecia a diretriz clínica ampliada e compartilhada e o dispositivo projeto terapêutico singular previstos na cartilha da PNH. O desdobramento das respostas sugere que os/as usuários/as não são percebidos/as como sujeitos integrais, os/as profissionais organizam-se por disciplinas e conduzem os atendimentos de forma ainda fragmentada.

Nesta pesquisa, identificamos que o modelo de atenção à saúde presente nos processos de trabalho e nos discursos dos sujeitos se aproxima do modelo que defende a ideia do “SUS possível” ou “SUS que dá certo”, no sentido que agrupa os princípios da reforma sanitária condicionados ao da perspectiva privatista e está alinhado com a reforma sanitária da linha social-democrata, dentro da discussão realizada no referencial teórico, evidenciando a supremacia do direito individual em detrimento ao direito coletivo.

Apesar de vários dispositivos da PNH estarem implementados, como a gerência de porta aberta, ouvidoria e classificação de risco, podemos afirmar que não houve a sua efetivação enquanto política. Observamos que os dispositivos vinculados à diretriz de participação e cogestão, bem como de ambiência e da clínica ampliada e compartilhada, pouco são efetivas.

A PNH é defendida aqui com um potencial estratégico para a efetivação do SUS. Contudo, revelou-se que a EBSEH tem uma capacidade de interferir na efetivação da PNH, tendo em vista que materializa mudanças estruturais na gestão do SUS pelo viés privatista.

Tendo em vista que a PNH existe há 21 anos, pode-se afirmar que ela não conseguiu impedir a transição do Estado de Direito para o Estado neoliberal, e por esse motivo não infere na mudança do modo de produção capitalista. Nesse sentido, percebemos que a PNH possui uma roupagem híbrida, que possibilita que qualquer vertente ou campo valorativo – de qualquer que seja o projeto civilizatório em disputa – possa se apropriar dos seus conceitos.

Concluimos que o direito à informação, a privacidade, a comunicação entre os usuários e profissionais, bem como entre profissionais e gestão, e a implementação dos dispositivos da diretriz clínica ampliada e compartilhada continuam sendo os maiores desafios para a efetivação da PNH.

Referências

BENEVIDES, Regina de Barros; PASSOS, Eduardo. A humanização como dimensão pública das políticas públicas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 561-571, 2005.

BRASIL. **HumanizaSUS**: Política Nacional de Humanização: A humanização como eixo norteador das práticas de atenção e gestão em todas as instâncias do SUS. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **HumanizaSUS**: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional da Saúde, n.º 466 de 13 de junho de 2012**. Trata da pesquisa e testes em seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, Seção 1, p. 59, 13 jun. 2012.

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS EGRESSOS DO PROUNI DA UCPel

*Raul Teixeira de Mello Filho*¹⁴

Resumo: Este estudo teve como objetivo principal compreender os reflexos do Programa Universidade para Todos na vida egressa dos beneficiários. A base teórica que orienta o diálogo entre teoria e empirismo é a sociologia de Pierre Bourdieu, os estudos de campo, os capitais e o habitus, assim como os estudos e publicações de autores que trabalham a teoria bourdiesiana na realidade Brasileira, como Jessé Souza. Na pesquisa quantitativa filtrou-se as informações quanto ao perfil socioeconômico nos Microdados do exame ENADE. Na sequência foi aplicada a metodologia do Estado do Conhecimento (Morosini, 2021) combinada às ferramentas de análise qualitativas-quantitativas disponíveis no software livre Iramuteq (Salviati, 2016). Analisando, assim, o corpus textual construído a partir da gravação das entrevistas semiestruturadas, aplicadas na perspectiva da Pesquisa Narrativa (Clandinin; Connelly, 2015) cujas principais categorias que emergiram na trajetória de pesquisa foram: História de Vida, A Instituição, A Política e os Impactos. A pesquisa conclui que o perfil do egresso por curso está associado ao estoque de capitais cultural e econômico que o bolsista traz consigo a partir de sua trajetória familiar; isso implica em, muitas vezes, não acessar o curso pretendido inicialmente, o de maior prestígio e capital simbólico.

Palavras-chave: PROUNI. Democratização. Ensino Superior. Políticas Públicas. Iramuteq.

Introdução

A história do PROUNI – Programa Universidade Para Todos remonta ao início dos anos 2000, quando, no primeiro governo de Lula da Silva, um Grupo de Trabalho Interministerial-GTI foi criado vindo a elaborar o relatório “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades brasileiras e roteiro para sua reforma”. O relatório apresentava um diagnóstico da educação superior brasileira e propôs um plano de ação com foco na democratização do ensino superior.

¹⁴ Possui Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel, especialização em Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Doutorado no PPG em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPel. E-mail: raulfilho@ifsul.edu.br

No documento fica claro a situação de crise da educação superior, que compreendia a crise fiscal, assim como a falta de capacidade de gerenciamento dos recursos por parte do Estado. Esse não era o cenário apenas do setor público, instituições privadas também estavam em crise, com grande inadimplência. Esse documento então foi o embrião do Programa Universidade para Todos – PROUNI, criado em 2004 enquanto lei federal.

Mas o programa não está aberto a todos. Embora seja destinado a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada com bolsa integral, os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Logo, as bolsas são destinadas àqueles estudantes com os melhores desempenhos acadêmicos.

Conforme o autor Mello Neto (2015), os bolsistas PROUNI, apesar do melhor desempenho, continuam sendo os mais pobres, os que moram mais longe, os que não têm dinheiro para participar das festas. Eles estão atrás até para competir por estágios, porque muitas vezes é preciso ter carro, disponibilidade de tempo, possibilidade de fazer um estágio sem remuneração (Mello Neto apud Alvarez, 2015, p.137).

Parte-se do pressuposto que é importante desenvolver uma pesquisa para compreender se de fato o ProUni consiste numa estratégia de equidade na educação superior, buscando compreender os impactos do programa na vida dos egressos.

2. Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é: compreender os reflexos do Programa Universidade para Todos na vida de egressos beneficiários. Neste sentido, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: estudar o programa ProUni a partir de sua constituição histórica; analisar a política e o programa a partir da UCPel; verificar o perfil socioeducacional do bolsista integral egresso da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em três diferentes cursos: Serviço Social, Direito e Medicina; identificar, a partir de dados do ENADE, o perfil de egressos em geral a partir das diferenças relacionadas aos elementos raça, gênero, classe e escolaridade dos pais, tipo de escola na qual cursou o ensino médio, e critério para escolha do curso na observância desses três cursos; compreender, a partir das histórias contadas pelos egressos PROUNI-UCPel, os reflexos do programa em suas vidas.

O desenvolvimento dos objetivos propostos busca comprovar a hipótese de que o programa ProUni possibilita acesso de alunos de baixa renda, negros, indígenas, pessoas com deficiência e professores da educação básica ao Ensino Superior, a partir do qual a mudança social acontece para parte dos egressos, determinada pelo perfil socioeconômico, pelo capital cultural e demais capitais sociais do bolsista, que condicionam a permanência e êxito no processo de graduação.

3. Metodologia

A abordagem QUANTITATIVA se dá em uma parte do trabalho, em razão da pesquisa documental que envolve os bancos de dados do ENADE, com recorte para os dados do levantamento socioeducacional dos bolsistas do programa PROUNI e o relatório técnico específico dos cursos Serviço Social, Direito e Medicina da Universidade Católica de Pelotas referentes às duas últimas avaliações. Nesta perspectiva, pretende-se fazer uma análise de dados secundários da pesquisa documental sobre duas bases principais: a do ENADE e as da própria Universidade.

No que diz respeito à análise dos dados quantitativos, foi utilizado o software SPSS/IBM para aplicação de estatística descritiva com tabulação e frequências de crossover, estatísticas de duas variáveis e correlação de categorias.

Quanto ao que concerne à perspectiva QUALITATIVA, empregou-se uma pesquisa empírica onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas, na perspectiva da Pesquisa Narrativa e história de vida, com os bolsistas egressos do programa ProUni dos cursos Serviço Social, Direito e Medicina da Universidade Católica de Pelotas.

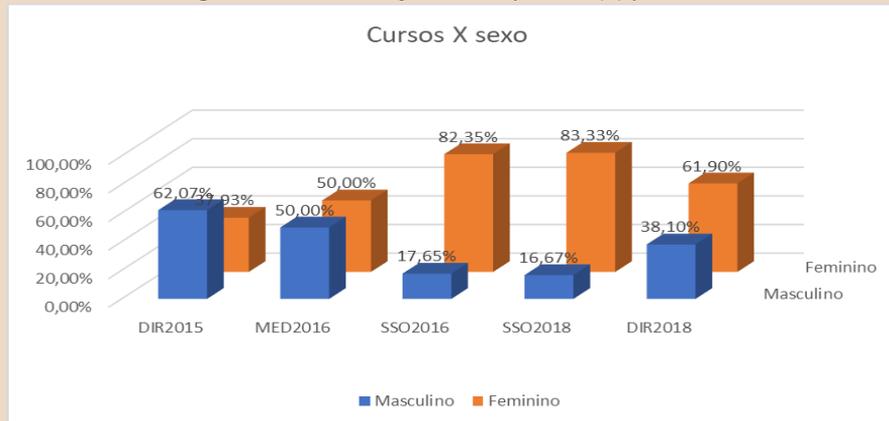
Em relação à análise das entrevistas, foi utilizado o software IRAMUTEC para análise de conteúdo e discursos em arquivos de texto. É um software gratuito, licenciado por GNU GPL (v2). Ancora-se no software R e na linguagem Python. Funciona nos diferentes sistemas operacionais: Linux, Windows, Mac.; Viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude).

Com relação à pesquisa empírica, trata-se de uma pesquisa multicase (casos múltiplos), utilizando a pesquisa narrativa e história de vida.

4. Resultados

Referente à distribuição da frequência percentual no intervalo de 2015 a 2019, pode-se observar que, para a cor/raça branca, o curso de Direito tem um aumento na frequência percentual de 82,76% para 90,48% em 2018. Com relação ao curso de Medicina, o aumento da frequência percentual é de 75,00% em 2015 para 80,00% em 2019. Quanto ao curso de Serviço social, a frequência da cor/raça branca decresceu de 76,47% para 72,22%. A cor/raça negro decaiu expressivamente com o decorrer dos anos nos cursos de Direito e Medicina, mantendo-se quase constante no curso de Serviço Social. Observa-se que a cor/raça de maior frequência percentual para todos os cursos é a branca. A frequência da cor/raça negro (a) é de 13,79% no Direito em 2015, reduzindo para 4,76% em 2018.

Figura 01 – Distribuição de frequência (F) por sexo

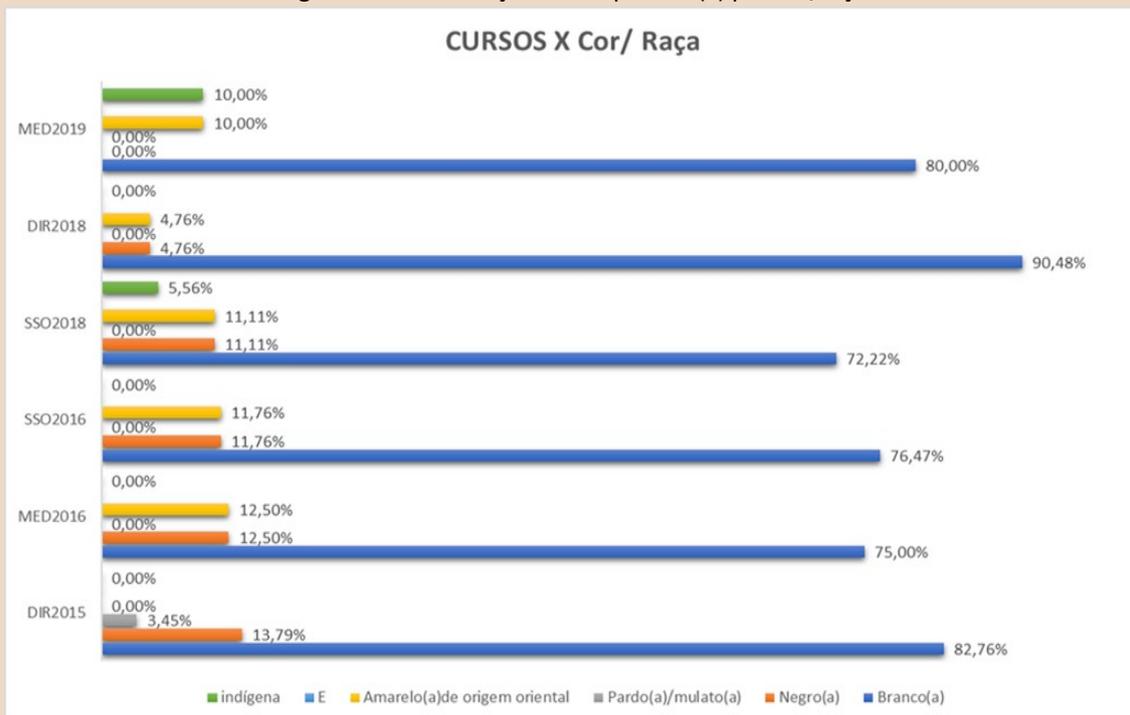


Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (Brasil, 2015-2019).

As informações apresentadas a seguir possibilitam comparar o perfil socioeducacional dos respondentes em geral com o perfil dos bolsistas PROUNI estudados anteriormente, tornando possível observar similaridades que confirmam o perfil diferenciado por curso conforme o perfil socioeconômico do egresso.

As categorias filtradas são as respostas obtidas para IES que compartilham a mesma Organização Acadêmica (UNIVERSIDADE); a mesma categoria administrativa (PRIVADA); a mesma grande região do país (REGIÃO SUL) e a mesma Unidade da Federação (Estado do Rio Grande do Sul-RS. Analisando o perfil dos sujeitos que participaram da entrevista semiestruturada, observou-se que 13 (92,86%) são mulheres e 01 (7,14%) é homem. Quanto à raça/cor, 03 (21,43%) se declararam negros, 01 (7,14%) pardo e 10 (71,43%) brancos.

Figura 02 – Distribuição de frequência (F) por cor/raça



Fonte: Elaboração própria com base nos Microdados do ENADE (Brasil, 2015-2019).

O corpus textual analisado é composto pelas gravações das narrativas resultantes das entrevistas com os egressos bolsistas integrais do Programa PROUNI dos cursos de Serviço Social (SSO), Direito (DIR) e Medicina (MED), graduados na Universidade Católica de Pelotas no período de 2015 a 2019. São quatorze textos separados por 629 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 490 STs (77,90%), superando ao valor mínimo de 75%, conforme recomenda o Manual Técnico Iramuteq (2018, p.34).

Figura 03 – Dendrograma da CHD referente aos corpos: narrativas dos egressos PROUNI SSO, DIR e MED 2015-2019, no formato vertical



Fonte: Dados da pesquisa: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente-CHD

5. Conclusão

Nas conclusões da análise do perfil por curso para os bolsistas integrais na categoria gênero, o sexo feminino predominou no âmbito do curso de Serviço Social, esteve equilibrado entre masculino e feminino na Medicina e alternado nos dois anos pesquisados no Direito. Em relação à cor/raça, em todos os cursos predomina cor branca, mesmo reservando bolsas destinadas a implementação de políticas afirmativas referentes aos autodeclarados indígenas, pardos ou pretos conforme a legislação vigente.

O Grupo apontado como mais importante para o enfrentamento de dificuldades ao longo do período de graduação foi a família. Os egressos relatam ter trabalhado durante os estudos de graduação, principalmente pela necessidade de colaborar nas despesas familiares, exceto no curso de Medicina, que por ser de

período integral exige dedicação em mais de um turno, dificultado a possibilidade de trabalho.

Na categoria História de Vida é evidente, a partir das entrevistas e consequentes narrativas dos bolsistas egressos, a importância da família: pai e mãe são reconhecidos como o grupo determinante para enfrentar dificuldades durante a graduação.

Os egressos com origem em famílias que priorizavam e estimulam hábitos de estudos, em que o capital cultural é maior, relatam não terem dificuldades ao longo da graduação. Outros, aqueles cujos hábitos de classe não conduziam a uma prática de estudos e declararam capital econômico mais precário, tiveram mais dificuldades, inclusive de obter aprovação no exame de ordem, a OAB, no caso do curso de Direito. Egressos que estudaram parte em escolas privadas compõem o perfil dos estudantes de Medicina. O ensino médio predomina como maior nível de Escolaridade dos Pais em ambos os cursos, o Ensino Fundamental só é maior no Serviço Social, e o Ensino Superior no curso de Medicina.

Referências

BOURDIEU, P. **Capital cultural, escuela y espacio social**. 2. Ed. 1ª reimpressão. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Le capital social. **ACTES de la recherche en Sciences sociales I**, Paris, n. 31, p. 2-3,1980. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1980_num_31_1_2069. Acesso em: 26 set. 2020.

MELLO FILHO, R. T. de. **Investigação-ação numa experiência integradora de educação profissional para jovens e adultos em situação recorrente de escolarização**. Pelotas: Editora da UFPel, 2009.

RATINAUD, P. **IRAMUTEQ**: Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires. Iramuteq, 2009. Disponível em: <http://www.iramuteq.org>. Acesso em: 26 set. 2020.

ENTRE MANUTENÇÕES E RUPTURAS: ANÁLISE DO TRABALHO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS

Glória Maria Gomes Dravanz¹⁵

Resumo: O Projeto Ético-Político do Serviço Social tem sido debatido e discutido desde a sua adoção a partir dos anos 1970. O movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo vivencia um novo momento na atualidade com o avanço do chamado neoconservadorismo, inclusive no âmbito da própria categoria profissional. O trabalho dos/as assistentes sociais no Sistema Único de Assistência Social, nos Centros de Referência de Assistência Social, demonstra as contradições presentes e latentes no cotidiano, evidenciando um paradoxo de manutenção e ruptura. O presente trabalho tem como objetivo analisar como o trabalho profissional dos/as assistentes sociais desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Palavras-chave: Trabalho do/a assistente social. Serviço Social. Projeto Ético-Político. CRAS/Assistência Social. Conservadorismo.

1. Introdução

O trabalho do/a assistente social tem sido objeto de discussão da categoria desde o surgimento da profissão, apontando os limites, desafios e potencialidades, bem como questionamentos sobre o direcionamento deste trabalho que resultou em transformações no seu modo de pensar, formar e intervir. A opção por um projeto profissional hegemônico (Netto, 2009) orientado pela vertente marxista a partir dos anos 70, e sua consolidação por meio do Projeto Ético Político do Serviço Social (PEP), tem significativo papel nesse movimento de intenção de ruptura. Entretanto, o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1990, a regressão de direitos conquistados e no contexto atual, o crescimento do conservadorismo na esfera política e social do país e as transformações na esfera da formação profissional por meio do crescimento dos cursos EAD, têm apontado limitadores e desafios a categoria.

Da mesma forma que no Serviço Social, no âmbito da Política de Assistência Social (PAS) (Brasil, 2004) estas transformações também são percebidas, principalmente com relação ao corte de recursos para programas, projetos, serviços e benefícios. Partindo destes apontamentos, entendendo a necessidade de análise

¹⁵ Doutora em Política Social e Direitos Humanos pela Universidade Católica de Pelotas, mestre em Política Social pela UCPEL, graduada em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas.

do trabalho profissional no cotidiano como movimento necessário na construção de mecanismos de discussão sobre o direcionamento do Serviço Social, o presente trabalho tem como objetivo analisar como o trabalho profissional dos/as assistentes sociais desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em meio ao contexto atual vivenciado pelo país e frente ao crescimento do conservadorismo, vem se relacionando com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

2. Metodologia

Para o alcance do objetivo a pesquisa foi orientada pelo método crítico-dialético, e para realização adotou-se os procedimentos de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Na pesquisa bibliográfica foram analisadas as produções da área de Serviço Social através de livros, artigos científicos e teses de doutorado, que abordam as categorias teóricas consideradas fundamentais para responder a questão proposta, sendo elas: projeto ético político do serviço social; projeto de intenção de ruptura com o conservadorismo; matriz conservadora; tendências do exercício profissional; política de assistência social e o trabalho do/a assistente social; CRAS/SUAS. A pesquisa de campo contou com a realização de entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais atuantes nos cinco CRASs do município de Pelotas, tendo como atores participantes assistentes sociais atuantes nesses espaços sócio- ocupacionais. Para a coleta de dados foram realizadas onze (11) entrevistas semiestruturadas. Cabe observar, que no período da coleta dos dados, que compreendeu outubro/2017 a maio/2018.

2.1. Discussão e Resultados

As manutenções e rupturas evidenciadas pelo presente trabalho permitem identificar a/o assistente social imbricado no cotidiano alienante, com distanciamento da percepção do seu papel frente a PAS, o usuário e o Estado propriamente dito. Este afastamento é observado da mesma forma, na capacidade de explicitação do fazer profissional, da particularidade da profissão, e principalmente das competências e atribuições exclusivas previstas no Código de Ética Profissional.

Assim, a análise realizada sobre o trabalho dos assistentes sociais nos CRASs de Pelotas reafirma que a apreensão do movimento contraditório e antagônico da profissão e do próprio sistema capitalista, requer uma capacidade crítica de análise do concreto, aliada a princípios éticos-políticos e teórico-metodológicos. Através da identificação dos instrumentos e técnicas utilizados no cotidiano do CRAS, das concepções latentes e norteadoras do exercício profissional, e das determinações e tensões existentes no cotidiano profissional, evidenciar as possibilidades e limites do trabalho do/a assistente social, e o direcionamento atual da profissão quando exercida na unidade de proteção básica da política de assistência social, apontando

ainda, o movimento antagônico e contraditório na efetivação do PEP de ruptura com o conservadorismo, e os limites existentes no espaço do CRAS, principalmente em relação ao contexto atual de crescimento e fortalecimento da matriz conservadora, por meio do corte de recursos para investimento no social e da consequente regressão de direitos sociais.

A relação com o Estado evidencia também um momento de “crise” entre a crítica e a obediência, onde se apresentam preleções sobre este Estado capitalista, como promotor de ações de emancipação social da classe trabalhadora. Entretanto, tanto pela composição, quanto pelo papel que o estado desenvolve na sociedade capitalista, entende-se a impossibilidade desta transformação. Movimento que traz à tona o papel do Estado não só como mediador, mas como articulador e executor de interesses da classe dominante.

O papel do Estado no sistema capitalista é muito maior do que a aparência exposta no cotidiano. Guerra (2014), em sua obra sobre a instrumentalidade do Serviço Social, analisa a questão da razão e da modernidade, e os reflexos desta racionalidade sobre o Serviço Social. Em sua análise a autora contempla o processo de profissionalização do Serviço Social na sociedade capitalista, a reprodução das relações de produção para a manutenção do status quo e os reflexos deste processo no trabalho da profissão. Em um dos pontos da análise, Guerra chama a atenção acerca do papel do Estado, no conflito capital X trabalho. No âmbito da profissionalização do Serviço Social a autora sustenta que, a vinculação entre a força de trabalho profissional e o capital não tem uma relação direta, essa relação é mediada pelo Estado (2014, p. 213), ou seja, a solicitação da atuação do/a assistente social não parte diretamente do capital, senão do Estado capitalista.

Este processo cria as condições ideais para o distanciamento ou estranhamento da real posição que o/a profissional ocupa na divisão social e técnica do trabalho e do próprio contexto social. Esta análise se sustenta a partir dos resultados do trabalho profissional no cotidiano. A partir dos dados da pesquisa foi possível apontar alguns aspectos, sobre a relação do/a assistente social e seu trabalho com o Estado como “demandante” da sua atuação.

Existe um paradoxo em parte de alguns profissionais, na espera que o Estado crie as condições adequadas para o trabalho profissional. Não estão sendo pontuadas aqui as condições de trabalho, pois se reconhece que o/a assistente social como trabalhador assalariado, está sujeito aos processos de precarização do trabalho. As condições de trabalho em debate neste ponto, dizem respeito a identificação, reconhecimento por parte do Estado, sobre as peculiaridades e particularidades do Serviço Social. Ou seja, entende-se que não é possível o/a assistente social esperar que o Estado, no contexto atual do capitalismo avançado, seja promotor de programas, projetos e serviços condizentes com a análise profissional pautada no PEP, criando em consequência, os meios necessários ao enfrentamento da exploração do capital. Aderir a esta expectativa de um trabalho

profissional em um contexto de plenas condições para a sua materialização em conformidade com o PEP, no contexto atual, é negar o próprio PEP.

Enfim, a análise crítica do contexto de inserção do/a assistente social junto ao CRAS, indica que os determinantes sócio históricos da profissão na sociedade brasileira, no contexto atual do capitalismo avançado, não permitem um movimento transformador hegemônico efetivo no seio da própria profissão. Mesmo com alguns avanços vivenciados com o PEP, a batalha contra o conservadorismo é ratificada diariamente no cotidiano do trabalho do/a assistente social no contexto atual, expressa por meio de um movimento contraditório de manutenções e rupturas.

3. Considerações Finais

A história do Serviço Social desde seu surgimento demonstra o processo antagônico no qual está inserido no âmbito da sociedade do capital, frente a luta de classes e a contradição capital x trabalho. Enfrentando os limites e desafios desta contradição, também tem apontado e buscado alternativas de resistência e enfrentamento à questão social. Dentre as evidências dessa resistência, se pode destacar o Movimento de Reconceituação e as consequentes transformações no seio da profissão nas suas dimensões ético-políticas, teórico- metodológicas e técnico-operativa, bem como no direcionamento da formação e do trabalho profissional. Transformações estas que resultaram na construção de um projeto profissional hegemônico, orientado pela vertente marxista, onde a profissão faz clara opção pela defesa da classe trabalhadora, elucidada pelo PEP do Serviço Social.

O direcionamento do trabalho profissional e sua relação com o PEP apresenta em si, continuidade e rupturas, sendo necessário a categoria profissional revisitar a própria profissão, refletir sobre o papel desempenhado na sociedade capitalista e fortalecer ações de intencionalidade ancorada em práticas transformadoras. E, principalmente, retomar as bases de participação popular, potencializando movimentos emancipatórios e de resistência, no contexto atual de crescimento do conservadorismo.

A análise realizada sobre o trabalho dos/as assistentes sociais nos CRASs de Pelotas reafirma a tese de que a apreensão do movimento contraditório e antagônico da profissão e do próprio sistema capitalista, requer uma capacidade crítica de análise do concreto, aliado a princípios éticos-políticos e teórico-metodológicos, que fortaleçam ações de superação da lógica de exploração na ordem social vigente.

Entretanto, na atual conjuntura a profissão vivencia um movimento que por vezes demonstra uma intenção de ruptura aliada a uma prática conservadora, que resulta na aproximação a uma perspectiva fiscalizatória dos usuários, do que propriamente do direcionamento vislumbrado pela perspectiva transformadora/emancipatória preconizada no PEP. Análise esta, que fortalece a necessidade de ampliação do debate sobre profissão, visando a construção de

alternativas de apreensão do concreto e para poder superar a ordem social de exploração vigente.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004.

GUERRA, Yolanda. D. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. In.: MOTA et al. **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, Brasília – DF, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.